

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital



Periodicidade - Mensal



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Editorial | 03 |
| O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS. | 05 |
| Barros, Kelly Cristina. Págs. 05 – 17. | |
| O ADMINISTRADOR E OS IMPACTOS DA GESTÃO DE 18 PROJETOS NO SETOR PÚBLICO. | |
| BERTOLDO, Alan Pereira. Págs. 18 – 31. | |
| O BRINCAR E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM 32 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. | |
| JESUS, Ione Aparecida de. Págs. 32 – 49. | |
| A DINAMIZAÇÃO DA LEITURA NO AMBIENTE ESCOLAR PARA 50 O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I. | |
| SILVA, Daniele de Paula da. Págs. 50 - 64 | |
| UM OUTRO (NOVO) MUNDO JÁ EXISTE? REFLEXÕES 65 HISTÓRICAS A CERCA DO TEMPO PRESENTE E DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (EZLN) EXISTENTE NO MÉXICO. | |
| Silva, Keicy Salustiano da; DUARTE JUNIOR, Paulo Alberto. Págs. 66 – 77. | |
| PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE VIRTUAL E O 78 DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COM APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS. | |
| GOMES, Célia Regina dos Santos. Págs. 78 – 95. | |

Editorial

ARTIGO CIENTÍFICO: Enriquecimento Intelectual E Profissional

Inicialmente, espera-se que o discente ao ingressar na universidade e/ou faculdade, tenha desenvolvido algumas habilidades e, dentre elas, destacam-se saber ler e escrever e, a conquistar a autonomia na busca do conhecimento. Entretanto, estamos num país que tem significativas dificuldades estruturais na educação e, a escrita virou um problema recorrente e tal fato, tornou-se impactante, de forma negativa, para o campo da pesquisa, a qual é fundamental na vida acadêmica do estudante, a quem cursa o Ensino Superior no Brasil.

No ambiente acadêmico, há um enorme desafio para as instituições de ensino, o qual é formar alunos, como profissionais e, que dominem as bases técnicas científicas no campo em que atuam, tornando-os profissionais capazes de decifrar a realidade e construir novas práticas apoiadas na informação.

Na atualidade, vivemos numa constante busca do saber, em prol da apropriação de novas tecnologias e do desenvolvimento social, isto é, estamos na busca de encontrar novos métodos, facilitadores e aprimoramentos para o desenvolvimento e melhora na qualidade da vida da sociedade. Encontramo-nos num ritmo acelerado para suscitar novos conhecimentos, tecnologias e a socialização das produções, para que possamos, com rapidez, alcançarmos o maior número de pessoas. Para muitos, a construção do artigo científico está atrelada ao desejo de difundir conhecimentos para o mundo, fora do ambiente acadêmico.

O pesquisador/aluno, ao produzir um artigo científico, estabelece um nível elevado de entendimento sobre o conteúdo estudado, proporcionando um rendimento acadêmico superior aos demais, favorecendo a possibilidade de conquistar a bolsa de estudo e, o artigo publicado, enriquece o currículo profissional na plataforma lattes e no LinkedIn, aumentando a chance de obter melhor colocação no mercado de trabalho.

Entretanto, vale ressaltar que, de acordo com as Normas da ABNT (2011), a construção do artigo científico propicia apresentar, refletir e discutir ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nos mais diversos véis da área do

conhecimento e, o compartilhamento das informações deve estar estruturado de forma clara, dinâmica e objetiva.

Ao escreve-lo, a determinação da hipótese e objetivos do assunto abordado, o tipo de pesquisa e procedimento, a estrutura e abordagens utilizadas no artigo, o cumprimento das normas da ABNT, a divulgação de dados comprovados e justificados e, principalmente, a certificação acerca da originalidade do artigo, excluindo a similaridade com outros artigos, são alguns apontamentos que elevam a significância e a credibilidade do artigo científico.

A FASOUZA tem um imenso orgulho de ter, em sua base de arquivos de artigos científicos produzidos pelos seus alunos, os quais tem o compromisso e a responsabilidade de compartilhar seus conhecimentos para além do meio acadêmico, no qual ele está inserido. Assim sendo, a FASOUZA congratula os alunos que se dedicaram e, são corresponsáveis pelo sucesso da nossa REVISTA ELETRÔNICA.

Marcos Alexandre Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS

BARROS, Kelly Cristina de¹

RESUMO

O Serviço Social através da figura do assistente social desempenha um importante papel dentro da estruturação do projeto pedagógico e escolar, as suas atribuições dentro do ambiente pedagógico estão relacionadas à orientação dos educadores em um programa educacional voltado para o contexto social apresentado na comunidade em questão. A lista de atribuições pode variar de acordo com a natureza da instituição de ensino e a metodologia pretendida. O assistente social enfrenta problemas na escola que não são além do que os alunos vivem nas suas relações sociais e familiares, às vezes repetidas e às vezes o reflexo da sociedade. Portanto, cabe ao assistente social ajudar a resolver da melhor maneira possível os conflitos pessoais e sociais desse aluno, de uma maneira que melhore o ambiente dele ao todo, na escola e vida social, fazendo com que esse aluno tenha todos os direitos e deveres que necessita.

Palavras-chave: Serviço Social. Assistente Social. Escola.

1 INTRODUÇÃO

O serviço social surgiu no Brasil na década de 1930, devido à necessidade da classe trabalhadora pedindo melhorias no trabalho e justiça social, a decisão do governo foi de criar órgãos para controlar essa situação, ao mesmo tempo em que a igreja passou a oferecer esse curso voltado para moças de família tradicional que iriam exercer ações sociais.

¹ Licenciatura em Pedagogia pela FAFIJA – Faculdade de Filosofia de Jacarezinho, Especialização em Administração Escolar pela FEATI – Faculdade de Educação, Administração e Tecnologia de Ibaiti, E-mail kelcri.barros@gmail.com.

Nos anos 1940 a 1950, o serviço social recebeu influência norte-americana que era tecnicista, nos anos 60 a 70 se atualizou e rompeu com o conservadorismo. Em 79 a profissão se tornou laica e passou a fazer parte das Ciências Sociais. Nos anos 90 desenvolveu bastante ampliando os campos de atuação chegando até o terceiro setor. Nos anos 2000 a discussão a respeito de políticas sociais e a questão social aumentaram, necessitando de mais profissionais na área atingindo todos os setores necessários da sociedade. Na sua formação universitária esse profissional aprende a lidar com os desafios da sociedade atual e se prepara para atuar e resolver esses problemas para uma melhoria na cidadania e de justiça social.

Portanto, o trabalho do assistente social é auxiliar as pessoas para uma melhoria do seu bem-estar físico, psicológico e social, quando uma pessoa se encontra em vulnerabilidade social, com problemas de habitação, alimentação, saúde, educação e falta de emprego, é o assistente social que sai em busca de uma solução, essa solução pode vir do município, estado ou governo federal, mas o assistente social não se restringe somente aos órgãos governamentais, também a solução pode vir de empresas privadas. Esse profissional pode trabalhar em diversas áreas tanto aos governos municipais, estaduais e federais quanto a empresas privadas, ONG's, institutos em geral e na área da saúde. O atendimento desse profissional não tem limite de idade ou sexo, como também pode dar atendimento a um bairro envolvendo todos, a uma catástrofe, ou qualquer que seja uma situação de emergência.

O assistente social que trabalha pelo município, é contratado para um atendimento municipal como um todo, atendendo a área social, saúde e educação, mas essa situação na verdade é muito problemática, pois o governo não determina o número de assistentes sociais por município, apenas exige que existam profissionais da área, subdivididos para atendimento a crianças, adolescentes, jovens, idosos e às famílias.

Analisando as responsabilidades que cabe a um município como escolas e centros sociais voltados para crianças, adolescentes, gestantes, idosos e mais uma infinidade de situações, mas que em todas elas há a necessidade de a partir do momento que acontece uma situação diferente com uma pessoa ou criança pertencente a alguma área dessas precisa de um profissional que tenha os olhos diferentes para essa situação, esse profissional terá uma visão diferente no sentido de verificar a situação, ir em busca de informações a respeito e tentar da melhor maneira possível resolvê-la, portanto, dentro de cada área dessas existentes, precisamos desse profissional a disposição desse local, porque quando se trata de um projeto social para adolescente ou criança, ou até mesmo para os idosos tem sempre esse profissional que é o assistente social disponível e com todo o tempo de serviço voltado para auxiliar apenas esse local e para todos sendo essa situação normal, mas quando se trata das escolas não tem necessidade de tê-lo disponível sequer para a educação em geral? Isso é um grande problema, pois nas escolas que temos os maiores números de atendimentos e os seus problemas que os abrangem, pensando nisso talvez se o assistente social estivesse sempre desde quando esse aluno iniciou a sua vida escolar, os seus problemas não seriam apenas identificados, como também auxiliados para solução dos mesmos.

2 AÇÕES DA ESCOLA FRENTE AOS PROBLEMAS SOCIAIS DOS ALUNOS

Na escola acontece um complemento da educação que a criança tem no lar, pois existem profissionais e ferramentas para isso, no entanto é também um ambiente com diferenças sociais e psicológicas podendo abranger várias camadas da vida dessa criança em relação às relações familiares precárias, pais negligentes, trabalho infantil, maus tratos com crianças, violência e exploração sexual, desemprego, miséria, fome,

drogas, abandono e várias formas de discriminação social que o resultado gera a evasão escolar juntamente com o início de uma vida de exclusão.

Entretanto, podemos concluir que a escola é o reflexo do que acontece na vida do aluno fora dela, isso acontece porque a escola é o segundo espaço de grande convivência do aluno, sendo em primeiro lugar a residência, em segundo diretamente é a escola, pois as crianças passam mais tempo nela acontecendo os processos de transformação, portanto se encontram diferentes contextos sociais e culturais, diversas noções sobre educação e as necessidades de uma pessoa ainda em desenvolvimento de sua identidade. A escola observa sempre o comportamento do aluno, em relação a rendimento, evasão, violência doméstica e outros. A desigualdade social também é uma realidade na escola. Quando a escola observa esse problema ela precisa informar a secretaria de educação e no próprio sistema da escola esses dados, pois fora o comportamento diferente do aluno ou a falta dele na escola, muitas dessas famílias recebem auxílio do governo federal baseado na presença do aluno na escola, se ele não comparece há a necessidade de descobrir o motivo e informar essa situação, mas a escola como um todo já tem muitos problemas no seu dia-a-dia, falta uma pessoa que possa ir a fundo descobrir a realidade do aluno, saindo do âmbito de um dado escolar e entrando no âmbito realidade social. A escola já é um espaço de ação social, pois oferecem dados e referências sobre a vida dos alunos e por isso podem ser reconhecidas como uma agência social, no sentido de obter os dados dos alunos e prepará-los partindo deles através do ensino. A escola foi inserida na sociedade no início da Modernidade e se constituiu a partir das necessidades econômicas, políticas e culturais da época.

No Brasil, a escola para todos surgiu de forma lenta e ainda permanece incompleta em muitos sentidos. Mesmo considerando que o objetivo da escola seja ensinar noções de conhecimentos variados como ciências, artes, filosofia e outros, de acordo com os livros e ensinamentos elaborados há muitos anos com informações do passado, mas sempre

atualizados e renovados, mas na escola não encontramos só isso, temos a troca de valores, de conhecimentos e de vivência entre a escola e a comunidade. Por isso, na escola temos uma variedade de conflitos, resultado das diferenças sociais e culturais existentes.

Os alunos vão para a escola, carregando uma bagagem de vida, com suas expectativas e realidades. Quando chegam na escola, muitas vezes deparam-se com uma realidade de descaso de seus direitos básicos: ensino de qualidade, merenda escolar, material escolar, entre outros. Pode-se dizer que os alunos em situação precária ou vulnerável altera o ambiente escolar de uma maneira que passa a necessitar competências de todos os profissionais da escola para mudar essa realidade.

O foco aqui são as escolas públicas, sendo nelas que está a maioria das diferenças sociais, os alunos trazem na bagagem seus problemas e entre eles a fome, para eles o que importa é o momento da merenda, não estão abertos e nem dispostos ao aprendizado, o professor tem um grande desafio então, mas esse mesmo professor com os olhos atentos sente falta do aluno que de repente parou de frequentar, ou aquele aluno que vem abatido ou cheio de marcas e até mesmo o aluno que vem com aparência física deplorável por falta de higiene ou doença, esse professor passa a informação para a pedagoga que vai tentar descobrir o que está acontecendo, mas a pedagoga pode chamar o responsável pelo aluno sem obter a presença ou uma resposta, a pedagoga conforme a situação pode informar ao conselho tutelar a situação, e a pedagoga também pode chamar o aluno para tentar descobrir, algumas até tentam ir à casa do aluno para saber da situação, mas isso não cabe ao pedagogo e nem à escola, na verdade a escola é limitada nessas soluções por vários fatores, falta apoio financeiro para procurar o aluno e tempo disponível, os profissionais nas escolas são poucos, tendo poucos disponíveis para um problema que não está dentro dela e sim fora, o limite da escola é a informação para a sua secretaria a respeito do aluno, pois existe um sistema que é obrigado a fornecer os dados constantemente, pois esse

sistema é interligado ao estado, e nele estão às informações desde pessoais até as escolares, esses dados são necessários, pois atende também ao governo federal, que exige as informações para dar continuidade aos auxílios, a frequência é muito importante para isso.

3 A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA

O olhar do assistente social no âmbito escolar é exatamente por todos esses motivos, problemas e limites que existem na escola. Em meio à turbulência do cotidiano, é o assistente social, o profissional que saberá entender e tentar resolver da melhor maneira possível para o aluno suas dificuldades individuais e coletivas. O assistente social sabe os direitos do aluno e como os conseguir principalmente na educação. Mas, apesar disso, não temos ainda o assistente social disponível somente para a escola, ou por escola, ou na área de educação, a lei 13.935/2019 que garante a psicologia e o serviço social nas redes públicas de educação básica foi publicada no diário oficial em 12/12/2019, como a lei é nova ainda não foi feito concurso para essa área, agora se trata dessa outra reivindicação para que essa lei funcione.

A necessidade do assistente social na educação é tanto no âmbito privado quanto no público, aqui o foco é o ensino público, pois para o privado assim que precisa desse profissional eles contratam, mas no ensino público, precisa ter leis ou documentos que tenham exigências da contratação dos mesmos.

A função do assistente social nas escolas não interfere e nem é o mesmo dos professores. Mesmo se considerarmos a dimensão socioeducativa resultante do trabalho do assistente social, sua atividade está mais intimamente ligada a executar o direito do aluno a estudar e ter um lar decente para sua sobrevivência.

Ao assistente social compete o reconhecimento e o fortalecimento dos direitos e deveres dos alunos, quando esse profissional sai em busca

das informações de um determinado aluno e sua situação, ele passa essas informações para a equipe pedagógica escolar decidirem a melhor solução, baseada nos direitos e deveres e no que é recomendável junto ao serviço social. A decisão é tomada nessa coletividade, juntando os dados, observações e leis.

O assistente social deve obter, como resultado de suas atuações, melhorias na situação do aluno nos campos materiais, culturais e sociais que envolvem a sua vida, portanto sendo um resultado concreto das suas ações. Em relação à família, a sociedade e a escola, o profissional é o elo, pois realiza uma importante ação educacional, buscando medidas de auxílio e suporte às famílias por meio do auxílio das necessidades básicas de subsistência.

O assistente social é um profissional que atua no sentido educativo para ajudar as pessoas com seus direitos, propondo discussões em busca disso, atua também com as relações pessoais e as relações com os outros. Assim, o trabalho do assistente social é agir no sentido de deixar as pessoas conscientes dos seus direitos e deveres, auxiliar na colocação social dessa pessoa, já que esse profissional está sempre à frente das mudanças sociais abrangendo todos os setores e isso facilita os resultados das ações, pois ele tem como indicar o onde e o como para pessoa que necessita, até mesmo quando se trata de uma intervenção passa por esse profissional também, ele sempre age no sentido de integrar a pessoa ou a criança na vida social, com suas relações, sendo humanamente o mínimo que a pessoa tem direito.

O assistente social quando sai em busca do motivo pelo qual o aluno não está correspondendo ao ensino, encontra a sua realidade e normalmente os problemas são grandes, mas esse profissional age em busca de soluções tanto para a vida escolar do aluno quanto para a sua vida pessoal. Os fatores são muitos, mas cabe a ele resolvê-los da melhor maneira possível, se é uma família que está cadastrada nos auxílios do governo federal ou pode ser cadastrada, se estão passando fome, se

existe a violência doméstica, se tem falta de higiene, se tem viciado, ou seja, todos esses problemas estão no alcance do assistente social através do órgão municipal, tentar resolvê-los, o assistente social sabe quem e como os problemas podem ser resolvidos, portanto ele é o profissional mais recomendado para essa atuação.

O assistente social tem na escola todos os meios para incentivar que os alunos desmotivados com grandes problemas pessoais voltem a ter um interesse maior pela escola, existem nesse ambiente equipe e meios de elaboração de projetos que os incentive, reuniões com os responsáveis, usar os horários de contra turno para trazer os alunos para a escola, evitando assim o tempo na rua, uma equipe de esportes que podem também fazer projetos com essa mesma intenção e as ferramentas necessárias para tudo isso.

No entanto, estamos num momento de pais, mães e responsáveis preocupados com a sobrevivência fazendo assim que não tenham tempo para a educação dos alunos e muito menos interesse nela, essas famílias com essa enorme diferença social que se encontram mandam os filhos para a escola a troca da presença e não do conhecimento, porque é com a presença que continuarão recebendo seus auxílios, então os contatos que o assistente social faz ou tenta não são correspondidos porque para essas pessoas não são importantes, então cabe à escola além de tentar ensinar também precisa educar, é como se os pais ou responsáveis terceirizassem a educação como um todo a escola, às vezes até mesmo inconsciente, pois têm a certeza que vivendo como vivem é a melhor maneira, nesse caso a minha escola além de ser a comida é a vida, e o assistente social nesse processo auxilia com os direitos e deveres de ambas as partes.

A escola é um espaço apropriado para a ação do assistente social, pois sua presença colabora com a efetivação dos objetivos escolares. O assistente social auxilia na transformação da escola num aspecto que os alunos se sintam incluídos de uma maneira que eles querem ir e desejam ficar nela.

Na escola, o assistente social trabalha de duas maneiras. A primeira é levantar os problemas que impeçam a frequência do aluno e o seu desenvolvimento. Problemas como desemprego, subemprego, fome, baixa renda, trabalho infantil, entre outras, causam o aumento da evasão escolar.

Ao interrelacionar a relação família-escola-comunidade, o assistente social faz com que aumente o interesse das partes envolvidas na educação como em todo seu processo educativo, o que evolui com o sucesso da criança na escola. Com suas atuações auxilia e melhora muitas vezes o retorno e a permanência do aluno em sala de aula ao mesmo tempo existe a contribuição com os professores, pois mostra as dificuldades da vida do aluno, sendo um motivo de discussão a fim de descobrir a melhor maneira para esse aluno continuar a permanência na escola.

A segunda linha na qual o assistente social pode trabalhar no ambiente escolar é a preventiva. Durante suas interações com os pais, ele consegue perceber fatores que produzem impacto negativo na escola e propor soluções para evitar que os problemas se repitam.

O assistente social pode se deparar com uma escola que a evasão escolar é grande, esse profissional vai verificar os problemas do bairro, da comunidade, do acesso, o nível social e o que pode ser feito para aliviar a vida dos alunos para voltar a frequentar a escola, como também verifica o posicionamento e comportamento da escola para descobrir o quanto fazem pelos alunos e o como fazem, assim esse profissional saberá exatamente como agir para resolver.

Como visto, é importante que o assistente social trabalhe em parceria com os todos os setores da escola e estejam atentas as ferramentas disponíveis pelo órgão municipal para incentivar ainda mais as realizações pensadas, trazendo a comunidade para a escola, para verificarem o que existe para auxiliar os alunos e até mesmo orientar os

responsáveis, e com isso a escola junto com o assistente social saberão ainda mais da realidade do aluno, podendo auxiliá-lo melhor.

É importante que o assistente social obtenha respostas concretas partindo dessas interações e os outros profissionais do quadro escolar irão usá-las para a melhoria do ensino.

O Assistente Social deve apoiar e auxiliar a equipe pedagógica da escola na elaboração e execução do seu plano gestor, sendo o ideal aplicar uma melhoria nas ações desse plano, partindo das informações adquiridas durante as ações realizadas com a comunidade, podendo implantar projetos e ações sociais direcionados a melhoria desse relacionamento, aluno, escola e comunidade.

Compete aos profissionais serem comprometidos e participativos, é de fundamental importância, entre a escola como um todo e o assistente social. Diante da atual realidade do nosso país surge o interesse de analisar a atuação do assistente social tendo como principal foco conhecer as estratégias utilizadas nas intervenções na escola, preocupando-se sempre com a execução de análise e solidariedade.

Portanto, a luta agora depois da lei aprovada, é mostrar a diferença na escola com a atuação desses profissionais, fazendo projetos, e solicitar a formação de concursos ou credenciamentos para poder ter esse profissional na escola.

Conforme o CFESS (2001), os problemas da vida social que tem a necessidade de serem resolvidos pelo assistente social na área da educação são: baixo rendimento escolar, evasão escolar, desinteresse pelo aprendizado, problemas com disciplina, insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, vulnerabilidade às drogas, atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

A atuação do assistente social na educação deve ser da seguinte maneira: contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola, favorecer a relação família-escola-comunidade aumentando e melhorando o ambiente juntamente com o

espaço da participação de todos na escola, com isso inclui e faz com que essa criança participe do processo educativo, aumentar a visão social de todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a educação, explicitando as questões sociais, buscar um envolvimento entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias e principalmente facilitando e aumentando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

Com a presença do assistente social na escola, além de soluções de problemas, o mais importante é a prevenção deles, e com isso o assistente social contribuirá para a junção dos elementos da escola com a comunidade e seus problemas, realizando a aproximação das famílias à escola, mostrando e exigindo os meios de conseguir seus direitos e deveres, tanto na escola quanto ao órgão público responsável por ela e sua comunidade. O assistente social realizará ações no sentido de facilitar essas aproximações, aumentando o conhecimento da escola junto com seus profissionais em relação à situação da comunidade, realizará a solidariedade e democracia da escola para a comunidade, através de pesquisas realizadas por esse profissional irão obter dados para realizações de todas as ações que a comunidade precisa para incentivar e cooperar com os alunos na frequência e participação na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já foi comentado aqui a esse respeito, mas é muito importante citar, a educação das crianças e adolescentes não é responsabilidade exclusivamente da escola, existe um conjunto de fatores que, juntamente com as atividades ativas na escola e na sala de aula, resulta numa melhora da qualidade de vida (atual e futura) para se tornarem pessoas conscientes de seus direitos e deveres. Igualdade e justiça social, em relação ao acesso de bens e todos os serviços, são os parâmetros iniciais que o assistente social tem na obrigação para sua atuação. Assim verifica

como é importante o profissional que analisa as necessidades dos alunos, como responsável de viabilizar a igualdade de condições e direitos, sendo importante para sua cidadania.

Diante de tudo que foi esclarecido, a importância do assistente social na escola é imprescindível, ele terá o tempo integral para solução dos problemas, pois sua dedicação será essa.

O comportamento da assistente social na escola, não é solitário tanto para o levantamento de dados sobre o aluno, quanto à solução dos problemas, é um trabalho conjunto, pois a escola informa que existe um aluno com algum tipo de problema, o assistente social vai à busca de informações e a solução será em conjunto dos dados do aluno como também seus problemas e a equipe pedagógica com o assistente social estudarem uma solução para que o aluno tenha o ensino conforme lhe é direito.

O trabalho do assistente social, sempre é coletivo, na sua função é sempre um conjunto de pessoas, ações, ferramentas e instituições que agindo juntamente irão obter um resultado mais rápido e melhor.

O assistente social deve assegurar a cidadania do aluno, com todos os seus direitos e deveres, juntando a escola com a comunidade, esse profissional irá também acionar os outros profissionais que trabalham em outras áreas, para solução dos problemas do aluno e sua família, sempre observando esse trabalho coletivo, mas também concluímos aqui, que infelizmente existe a lei que é nova e, portanto, não teve o tempo necessário para ser aplicada, exigindo a presença do assistente social na educação, podemos pensar que já será uma grande vitória tendo um profissional na educação pública do lugar, mas ficando claro que o ideal é esse profissional na escola, ou seja, um em cada escola, pois se sabe que os problemas são muitos e variados, portanto esse profissional terá muito trabalho a ser realizado em apenas uma escola.

Então se deve pensar que continuará em busca dessa situação ser realizado o mais depressa possível, através de contratações de concurso ou processos seletivos do órgão público responsável pela escola.

REFERÊNCIAS

AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A REALIDADE ESCOLAR DO BRASIL. **Brasil Escola, 2020.** Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao>. Acesso em janeiro de 2021.

A ESCOLA COMO LUGAR DO ASSISTENTE SOCIAL. **Revista Educação Pública, 2020.** Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos>. Acesso em janeiro de 2021.

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO. **Universidade Católica de Brasília EAD, 2020.** Disponível em <https://ead.catolica.edu.br>. Acesso em janeiro de 2021.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS. **Educa Mais Brasil, 2020.** <https://www.educamaisbrasil.com.br>. Acesso em janeiro de 2021.

CONHEÇA A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL. **Universidade Católica de Brasília EAD, 2020.** Disponível em <https://ead.catolica.edu.br/blog>. Acesso em abril de 2021.

O ADMINISTRADOR E OS IMPACTOS DA GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO

BERTOLDO, Allan Pereira Ribeiro²

RESUMO

O objetivo geral desse artigo é apresentar como a gestão de projetos pode impactar positivamente nas organizações da administração pública brasileira. Portanto, o caminho para alcance das respostas, quanto a abordagem, pode ser classificada como qualitativa. Quanto aos objetivos, é classificada como descritiva, pois não tem a intenção de provar, mas sim descrever os resultados obtidos com a análise das diversas fontes bibliográficas. O caminho metodológico se baseia em material já elaborado, ou seja, uma pesquisa bibliográfica, principalmente livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e publicações de órgãos públicos. Como resultado, saber gerenciar e controlar as atividades sobre as quais o administrador de projetos assumirá responsabilidades, observando principalmente, dimensões que constituíram como pontos principais de atenção devido a singularidade do setor público, devem-se considerar: as ferramentas, stakeholders, processo decisório; clareza e fiscalização dos processos, administração dos processos, criar estratégias, gerir os custos, financiamento, política, comunicação e impactos. As habilidades administrativas que corroboram com o papel de gestor de projetos e resultam em uma boa gestão são as seguintes: planejamento, monitoramento, comunicação, equipes de tarefas, organização, empreender, gestão de recursos e a capacidade de gerar informação que auxiliará nas tomadas de decisão, liderança, influência, negociação, solução de problemas, visão socioeconômica, capacidade de gerenciar o tempo, elaborar e administrar as finanças da operação, administrar tecnologia, administrar equipes/pessoas e formular métodos, aumento de produtividade, otimização de recursos, redução de acidentes, riscos e problemas, impactando na melhoria da eficiência.

Palavras-chave: Gestão de Projetos. Setor Público. Impactos. Administrador.

1. INTRODUÇÃO

O termo projeto é usado por muitas organizações, instituições e pessoas em diferentes contextos, incluindo o significado de intenção, planejamento e execução de uma ideia. Porém, os projetos possuem semelhanças e podem ser entendidos como uma reunião de atividades ou medidas planejadas para serem desempenhadas com responsabilidade de

² Técnico em Informática pelo CEMI e Graduado em Administração de Empresas pela UNICEPLAC. E-mail: aprbertoldo@gmail.com.

execução definida, objetivos determinados, escopo ou abrangência estipulada, prazo delimitado e recursos específicos. Ademais, um projeto é caracterizado por inovar, ou seja, criar algo que não havia sido feito antes (BRASIL, 2006).

Já a gestão de projetos, baseado em Kerzner (2006), inclui planejamento, programação e controle de tarefas integradas, buscando atingir com sucesso seus objetivos, beneficiando assim as pessoas envolvidas no projeto e atender as necessidades que deram origem ao projeto. Bons métodos de gerir projetos são capazes de ajudar o gerente nas suas responsabilidades, com potencial para controlar e aplicar os recursos do projeto monitorando os indicadores de desempenho e todos os outros indicadores técnicos envolvidos na atividade em questão, além de garantir que ele esteja no caminho certo.

Todavia, administrar projetos pode ser aplicada nas em diversas áreas, como a administração de empresas, desenvolvimento de softwares, engenharia e construção civil, estratégia militar, manutenção de plantas e equipamentos, marketing e publicidade, pesquisa e desenvolvimento e outros (VARGAS, 2005). Entretanto, tal artigo busca apresentar essa abordagem para o cenário da máquina pública nacional. Vale salientar que a máquina pública é entendida como todo equipamento do país, projetado para atingir seus próprios fins e atender às necessidades coletivas (MEIRELLES, 2013).

Assim, o objetivo geral desse artigo é apresentar como a gestão de projetos pode impactar positivamente nas organizações da administração pública brasileira, direcionando principalmente as ações de inovação, conceitos e ferramentas administrativas aplicadas à inovação e a capacidade de adaptação dos conhecimentos a realidade das instituições públicas. Como desdobramento do objetivo geral desta pesquisa, surgiram os seguintes objetivos específicos: analisar a influência da ciência administrativa no processo da gestão de projetos; e relatar a importância do administrador na gestão dos projetos públicos.

A partir dos objetivos elencados, foram selecionadas algumas perguntas que nortearão toda a pesquisa, questionado então: Como a gestão de projetos pode impactar positivamente os projetos públicas e qual a importância dos administradores nessa gestão?

Portanto, o caminho para alcance das respostas, quanto a abordagem, pode ser classificada como qualitativa. Na abordagem qualitativa ocorre a coleta de informações para serem descritas e analisadas, e observação do ambiente organizacional público, concomitante com a preocupação de coletar e analisar a maior quantidade de elementos, buscando o entendimento do problema em estudo (GIL, 2002; LAKATOS, MARCONI, 2010).

Por sua vez, quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois não tem a intenção de provar, mas sim, descrever os resultados obtidos com a análise das diversas fontes bibliográficas. As pesquisas de caráteres descritivas exigem maiores informações sobre o tema em questão, pois nesse estudo se pretende descrever os fatos e fenômenos da realidade dos projetos nas empresas públicas (TRIVIÑOS, 1987; VERGARA, 2006).

Dessa forma, voltando a perspectiva para os procedimentos, salienta-se que o caminho metodológico norteador alcançar os pensamentos se baseia em material já elaborado, classificando este artigo como uma pesquisa bibliográfica, entendendo como a leitura e análise de livros, documentos mimeografados ou fotocopiados, periódicos, imagens, manuscritos, mapas, entre outros (GIL, 2002). Essa pesquisa constitui-se, principalmente, de livros e artigos científicos, bem como trabalhos de conclusão de curso e publicações de órgãos públicos, focando em especial aquelas voltadas para a gestão de projetos, com vistas ao papel do administrador diante de tal gestão.

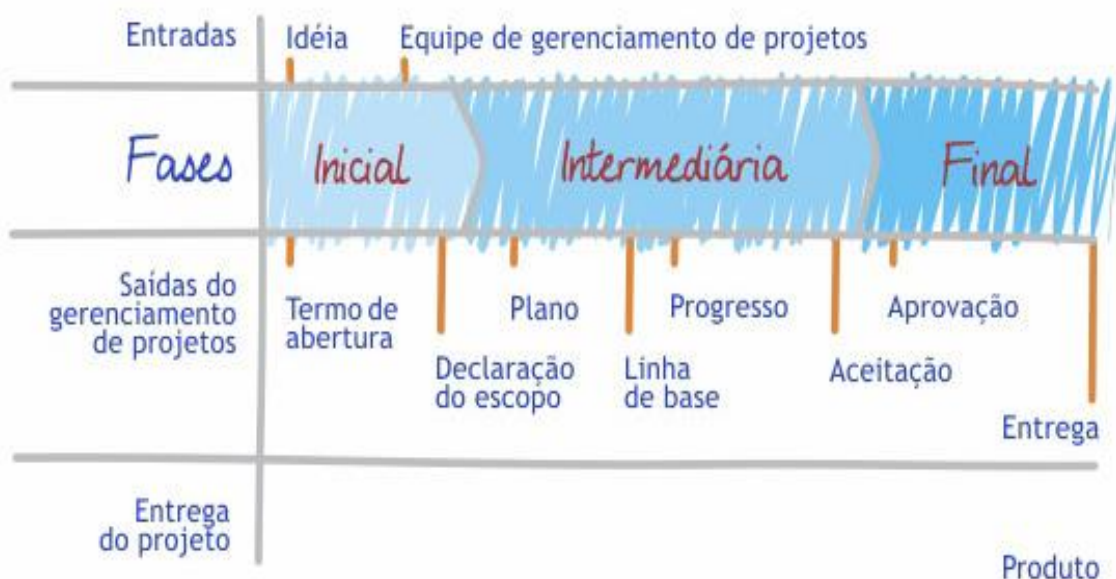
2. PROJETOS

Projeto é um trabalho temporário e original relacionado a um plano estratégico organizacional que tem impacto, busca resultados duradouros e foca na integração, com resultados incertos (ENAP, 2014). Em resumo, um projeto é definido por uma meta, é único e limitado por recursos, executado por pessoas e coexiste com outros projetos.

Para Melo, Oliveira e Silva (2017), o PMBOK – Guia de Gerenciamento de Projetos do *Project Management Institute* – PMI (1996, 2000, 2004, 2008), se divide em 10 áreas do conhecimento, de acordo com a 6ª edição, que no guia estão dispostas do capítulo 4 ao capítulo 13, e são essas as principais áreas de divisão de um projeto, sendo elas: gerenciamento da integração do projeto, gerenciamento do escopo do projeto, gerenciamento do cronograma do projeto, gerenciamento dos custos do projeto, gerenciamento da qualidade do projeto, gerenciamento dos recursos do projeto, gerenciamento dos recursos de comunicação de projeto, gerenciamento de riscos de projeto, gerenciamento das aquisições do projeto e gerenciamento das partes interessadas do projeto.

Um projeto pode ser dividido em qualquer número de estágios. O que determina este número é um conjunto logicamente relacionado de atividades que levará à conclusão de um ou mais resultados do projeto (ENAP, 2014). Entretanto, mesmo não existindo um número definido de estágios, tendo em vista que varia para cada projeto, há uma sequência típica das fases, que é chamada de ciclo de vida de um projeto, ilustrado na Figura 1, o ciclo de vida defini as fases que conectam o início ao fim de um projeto.

Figura 1: Ciclo do Projeto.



Fonte: ENAP, 2014.

O ciclo de vida do projeto divide-se em cinco grupos de processos: iniciação, planejamento, execução, controle e encerramento. Além das fases, existem documentos obrigatórios em um projeto, a saber: Termo de Abertura do Projeto, Plano de Gerenciamento de Projeto, Plano de Gerenciamento de Escopo, Plano de Gerenciamento do Cronograma, Plano de Gerenciamento de Equipe, Plano de Gerenciamento de Trabalho, Plano de Garantia de Qualidade e Plano de Gerenciamento de Riscos.

Portanto, a partir do entendimento do ciclo de vida dos projetos e dos documentos que envolvem cada etapa, a instituição pública que inicia o desenvolvimento do projeto, definirá as regras e modelos interiorizados pela gestão pública em questão ou pelas normas e padrões aplicados em outras instituições semelhantes, ou seja, aplicar costumes provenientes da cultura organizacional, tornando o projeto único e mais próximo do modelo de gestão pública daquela instituição, além de aproximar ainda mais o resultado do projeto a necessidade específica daquela instituição.

2.1 GESTÃO DE PROJETOS

Antes de tudo, deve-se saber que a gestão de projetos passou por três fases importantes: a primeira, entre 1961 e 1990, ao gerenciar projetos tradicionais; a segunda, a partir de 1990, a partir do gerenciamento de projetos modernos, que se caracteriza pela propagação do PMBOK. A terceira, começou no final da década de 1990, o foco estava na organização ao invés de projetos, sobrepondo-se a segunda fase, focando no desenvolvimento de habilidades e maturidade de gerenciamento de projetos, alinhamento de projetos com estratégia e efetivamente alocando recursos disponíveis, e enfatizando o gerenciamento de portfólio de projetos. Nesse caso, o gerenciamento de projetos passou a ter um papel estratégico na organização (TRT 13ª REGIÃO, 2011).

Segundo o PMBOK, que pode ser resumido em um guia das melhores práticas em projetos (PMI, 2008, p. 6) “o gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos”. Tal afirmação corrobora com o pensamento de Valeriano (2002), ao afirmar que seu foco também está nos objetivos da própria organização, membros da equipe do projeto, patrocinadores e financiadores, fornecedores, parceiros, organizações afiliadas e os objetivos da sociedade como um todo.

A gestão de projetos tem por objetivo alinhar diversos atores e insumos em prol de um planejamento definido por um começo, meio e fim, para alcançar um objetivo específico e atender uma necessidade que foi identificada na instituição. A gestão pode levar em consideração diversos níveis de controle e pessoal, isso varia de acordo com a complexidade do projeto e a área técnica em que a necessidade surgiu. Vale salientar que a gestão de projetos que se desenvolveu em uma instituição não será igual para uma outra, pois cada instituição possui sua cultura, a região em questão e as pessoas, por isso o PMBOK considera as melhores práticas que podem auxiliar ou sofrer adaptação para atender a

empresa e o projeto que está em desenvolvimento e não um padrão na execução dos projetos.

Portanto, o gerenciamento de projetos refere-se ao gerenciamento individual de cada projeto. É uma combinação de pessoal, tecnologia e sistemas necessários, que são imprescindíveis para gerenciar os recursos e concluir o projeto com êxito (TRT 13ª REGIÃO, 2011).

Além do exposto, acredita-se que o administrador impacta positivamente nos projetos públicos devido o envolvimento de diferentes áreas e sua complexidade de administração, além disso, o desenvolvimento dos projetos ocorre de forma simultânea as demais ações obrigações da máquina pública, bem como existem muitos subsistemas dentro dos grandes sistemas que a administração pública apresenta, afirmando que a gestão precisa ser bem planejada.

2.2 GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO

De acordo com a ENAP (2014), a gestão de projetos acarreta alguns benefícios, sendo eles: aumento do comprometimento com objetivos e resultados, aumento da integração entre as áreas envolvidas, disponibilidade de informação para tomada de decisão, melhoria da qualidade nos resultados dos projetos, aumento da satisfação do cliente com os resultados, minimização dos riscos e problemas em projetos, otimização de recursos humanos e materiais e aumento de produtividade da equipe do projeto.

Entretanto, observando que grande parte dos modelos de gestão de projetos são desenvolvidos e aplicados, no setor privado, é importante observar que:

As dificuldades de adaptação das metodologias do setor privado para o contexto público trazem à tona a necessidade de discussão sobre quais seriam os fatores críticos de sucesso mais significantes para a gestão de projetos (KREUTZ, VIEIRA, 2018, p.3 apud

Em relação ao ajustamento dos métodos, Santos, Gonçalves e Dias (2012), destacam como um item relevante, a atenção da máquina pública para o mecanismo de gestão que será utilizado, inicialmente apresentados nas empresas privadas e depois inseridos no meio público, como o alcance de resultados financeiros, objetivados nos modelos de gestão de projetos privados, sendo essa o principal ponto de diferenciação de objetivos, tal ponto diverge intimamente das atividades executadas pelos projetos do estado estão totalmente focadas no interesse da sociedade, e não necessariamente o lucro.

O emprego de uma gestão eficaz, além das adversidades de sua implantação que pode ser uma fase que perdura por um certo tempo, para a gestão pública é uma ferramenta que pode auxiliar na transformação de planos em resultados, otimizar recursos, reduzir acidentes e reduzir riscos, resultando em melhoria da eficiência e alcance do objetivo comum daquela sociedade.

Uma perspectiva comum nas organizações atuais é a ênfase nas equipes de trabalho, com equipes já definitivas ou transitórias orientadas a flexibilidade, fluidez e inovação às mudanças externas e internas. Tal administração tem sido um recurso comum para a solução de problemas específicos, atualização ou ainda adaptação as necessidades da sociedade e do mercado, afinal os projetos são customizados a partir das soluções viáveis para a localização e as necessidades identificadas região ou país.

2.3 GESTOR DE PROJETOS

Diante de tantas especificidades, surge para as autoridades, para os gestores públicos e para os administradores públicos o questionamento de como tomar decisões no setor público sobre assuntos e temas tão

distintos e de natureza bastante complexa, além do papel do administrador na gestão de projetos no setor público (CARVALHO, 2011).

Pinto & Slevin (1998) destaca que a planejamento (apresentado como plano), monitoramento e comunicação são habilidades importantes para os gerentes de projetos, sendo assim, tais habilidades corroboram com os princípios da administração que são divididos em quatro funções essenciais conhecidas pela sigla PODC, na qual é formada pelas palavras planejamento, organização, direção e controle.

Outrora, Kerzner (1992), vai mais além e destaca diversos fatores, intimamente mais próximos dos administradores, a saber: construção de equipes, planejamento, organização, empreender (apresentado como empreendedor), administrar (apresentado como administração), suporte gerencial e alocar recursos. Embora diversos autores apresentem percepções divergentes e semelhantes entre as habilidades levantadas é válido retratar que:

Inicialmente, ressaltamos que o perfil do administrador/gerente de projetos, pela posição que ocupará, deverá tratar de vários aspectos pertinentes à alta gerência de processos, necessitando de uma visão holística do projeto. Para isso, deve ter uma ótica aguçada para os seguintes aspectos que envolvem beneficiários; o planejamento estratégico, tático e operacional; as habilidades e as capacidades de absorção de conhecimentos técnicos; e a gestão de pessoas. O gerente de projetos deve desenvolver também habilidades pessoais e interpessoais fundamentais ao sucesso de implantação de um projeto. São elas: liderança; comunicação e influência; negociação e solução de problemas; e visão socioeconômica (CARVALHO, 2011, p. 108).

Embora os autores anteriores tenham especificado diversas habilidades para os gerentes de projetos que são paralelamente iguais as habilidades dos administradores, os autores Shtub, Bard & Globerson (1994) adicionam mais habilidades a lista em análise, a saber: o gerente de projetos deve possuir a capacidade de liderar, precisa ser administrador do tempo, um negociador, comunicativo (apresentado como comunicação), desenvolver boa relação com o cliente e conseqüentemente

boa relação humana e por último, ser capaz de elaborar e gerenciar planos financeiros e de desembolso do projeto (apresentado como orçamento).

A partir do exposto, surge a necessidade de entender as habilidades que os gerentes de projeto, sob uma perspectiva nacional, desempenham. O entendimento do papel do gerente de projetos vai além das especificidades técnicas do projeto em desenvolvimento, passando pelas habilidades do administrador, como o conhecido PODC (planejamento, organização, desenvolvimento e controle). A capacidade administrativa é um fator de suma importância para uma gestão do projeto positiva, afinal o acompanhamento desse processo, partindo do planejamento até as ações finais do projeto em desenvolvimento, além disso, auxilia que o resultado alcançado seja o mais próximo do planejamento executado e que os resultados tenham impacto positividade no órgão e questão e atenda a demanda social.

Em sequência ao pensamento apresentado anteriormente, destaca-se a informação que um dos papéis do administrador é “saber gerenciar e controlar as atividades sobre as quais você assumirá responsabilidades no setor público, por delegação da autoridade pública, para exercer cargo de confiança ou de servidor público de carreira” (CARVALHO, 2011, p. 92).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante tudo o que foi apresentado até o momento, deve-se voltar ao objetivo geral da pesquisa de apresentar como a gestão de projetos pode impactar positivamente nas organizações da administração pública brasileira. Desse modo, a literatura analisada apresentou diversos impactos positivos que a gestão de projetos pode trazer, entre elas pode-se citar: aumento do comprometimento com objetivos e resultados, aumento da integração entre as áreas envolvidas, disponibilidade de informação para tomada de decisão, melhoria da qualidade nos resultados

dos projetos, aumento da satisfação do cliente com os resultados, minimização dos riscos e problemas em projetos, otimização de recursos humanos e materiais e aumento de produtividade da equipe do projeto. Contudo, os autores corroboram que os administradores são profissionais capazes de atuar na gestão dos projetos no setor público.

Ademais, como desdobramento do objetivo geral desta pesquisa, surgiu o primeiro objetivo específicos de analisar a influência da ciência administrativa no processo da gestão de projetos. Portanto, sobre tal objetivo pode-se concluir que os gestores devem observar os seguintes aspectos que envolvem os beneficiários, a saber: o planejamento estratégico, tático e operacional; as habilidades e as capacidades de absorção de conhecimentos técnicos; e a gestão de pessoas (CARVALHO, 2011). Todavia, além da necessidade de aplicar esses principais conceitos da ciência administrativa, no decorrer da pesquisa, um fator não observado no início foi analisado, sendo ele a carência da adequação dos métodos de gestão de projetos aplicados em empresas privadas para aquelas do ambiente público, especialmente pela diferença de objetivo final entre os setores, já que as atividades do estado estão totalmente focadas no interesse da sociedade.

Além disso, abordando o segundo objetivo específico desse artigo, que busca relatar o papel do administrador para a gestão de projetos do setor público, observou-se que diversas habilidades que normalmente a literatura consultada costuma designar como habilidades do gestor de projetos se assemelha as habilidades dos administradores, como apresentado por diversos autores ao longo das considerações, a saber: planejamento, monitoramento, comunicação, equipes de tarefas, organização, empreender, gestão de recursos e a capacidade de gerar informação que auxiliará nas tomadas de decisão, liderança, influência, negociação, solução de problemas, visão socioeconômica, capacidade de gerenciar o tempo, elaborar e administrar as finanças da operação, administrar tecnologia, administrar equipes/pessoas e formular métodos

(MAXIMIANO, 1988; KERZNER, 1992; SHTUB, BARD, GLOBERSON, 1994; PINTO, SLEVIN, 1998; CARVALHO, 2011).

Por fim, na busca da resposta para o questionamento de como a gestão de projetos pode impactar positivamente sobre os projetos em organizações públicas e qual a importância dos administradores nessa gestão, chegou-se à conclusão de que há diferentes meios e ações que podem impactar positivamente, sendo que antes de tudo deve-se observar a especificidade do setor público e saber gerenciar e controlar as atividades sobre as quais o administrador de projetos assumirá responsabilidades no setor público, por delegação da autoridade pública, para exercer cargo de confiança ou de servidor público de carreira, observando principalmente as seguintes dimensões que na gestão pública que constituíram, na visão de diversos autores como pontos principais de atenção, as saber: as ferramentas, stakeholders, processo decisório; clareza e fiscalização dos processos, administração dos processos, criar estratégias, gerir os custos, financiamento, política, comunicação e impactos. As habilidades administrativas que corroboram com o papel de gestor de projetos e resultam em uma boa gestão são as seguintes: planejamento, monitoramento, comunicação, equipes de tarefas, organização, empreender, gestão de recursos e a capacidade de gerar informação que auxiliará nas tomadas de decisão, liderança, influência, negociação, solução de problemas, visão socioeconômica, capacidade de gerenciar o tempo, elaborar e administrar as finanças da operação, administrar tecnologia, administrar equipes/pessoas e formular métodos, aumento de produtividade, otimização de recursos, redução de acidentes, riscos e problemas, impactando na melhoria da eficiência..

REFERÊNCIAS

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Manual de Gestão de Projetos**. Brasília: TCU, 2006. Disponível em:

<<https://www15.fgv.br/network/tcchandler.axd?TCCID=8265>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

CARVALHO, Claudinê Jordão de. **Elaboração e Gestão de Projetos**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011. Disponível em: <<https://canal.cecierj.edu.br/012016/50cbfe2f9415552c38acc7e237e0119b.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP. **Introdução à Gestão de Projetos**. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1902/1/GestaoDeProjetos_modulo_1_final_.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KERZNER, Harold R. **Gestão de projetos as melhores práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

KERZNER, Harold R. **Project management: a systems approach to planning, scheduling and controlling**. New York, Van Nostrand Reinhold Company, 1992.

KREUTZ, Rafael Rudolfo; VIEIRA, Kelmara Mendes. A Gestão de Projetos no Setor Público: os desafios de suas especificidades. **Revista de Gestão Pública**, v. 09, n. 1 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/viewFile/234989/31214>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **O gerente de projetos: um "ator" com vários personagens**. Revista de Administração da USP, v. 23, n. 2, p. 93-98, abr./jun. 1988.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELO, Luciana Paiva Campos de; OLIVEIRA, André Luiz Albuquerque da Silva; SILVA, Rogério Oliveira da. PMBOK®: Uma fonte de diretrizes no gerenciamento de projetos. **Tecnologia em Projeção**, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em:

30

<<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao4/article/view/822/724>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PINTO, J.K. & SLEVIN, D.P. Critical success factors. In: PINTO J.K. **Project management handbook**. San Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1998.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, INC. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK)**. 4. ed. Pennsylvania, 2008.

SHTUB, A Avraham; BARD, Jonathan F.; GLOBERSON, Shlomo. **Project management engineering, technology and implementation**. New Jersey, Prentice-Hall, 1994.

TRIVIÑOS, Antonio Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13ª REGIÃO, Assessoria de Gestão Estratégica – AGE, Núcleo de Projetos – NPROJ. **Manual de Gestão de Projetos**. João Pessoa: TRT, 2011. Disponível em: <<https://www.trt13.jus.br/age/projetos/MGP.TRT13%20-%20completo%20-%20versal%20final.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

VALERIANO, Dalton L. **Gerenciamento Estratégico e Administração por Projetos**. São Paulo: Makon Books, 2002.

VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de projetos estabelecendo diferenciais competitivos**. 6. ed. atual. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

O BRINCAR E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

JESUS, Ione Aparecida de³

RESUMO:

Este trabalho trata do brincar e seus benefícios para crianças com deficiência intelectual um tema relevante pela carência de ações efetivas sobre a inclusão social refletindo na educação, espaço de convívio e exercício de cidadania que as pessoas passam boa parte da vida, contribuindo significadamente à Pedagogia. Ele é estruturado em tópicos que mostram alguns autores, organizadamente expostos nas referências, que em seus livros explicitam a concepção sobre jogos com um foco pedagógico no aprendizado como um todo, incluindo a criança com deficiência intelectual. Diante do estudo, verifica-se que as atividades propostas são fundamentais para o desenvolvimento e a educação da criança, e através destas, ocorre o desenvolvimento da linguagem, coordenação motora fina e da imaginação. A pesquisa foi realizada através pesquisas bibliográficas de autores consagrados na área de forma qualitativa.

Palavras-Chave: Brincar. Benefícios. Deficiência Intelectual.

1 INTRODUÇÃO

A educação deve contribuir para o desenvolvimento da inteligência para a formação da personalidade, do autoconceito, do pensamento crítico, do espírito cooperativo, ou seja, no desenvolvimento integral e harmônico do indivíduo.

Conceder uma educação em direção a autonomia significa formar crianças como seres com vontade própria, capazes de construir conhecimentos, dentro de suas possibilidades. A construção da identidade e da autonomia, diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso de recursos pessoais para as diferentes situações da vida. Deste modo, o brincar e o jogar são momentos em que a criança organiza o mundo,

³Profª. Pos Lato Senso em Educação Matemática para Ensino Fundamental e Ensino Médio pela Unicamp, Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Braz Cubas de Mogi das Cruzes, Pedagogia pela Faculdade Paulista São José. E-mail: matemática@hotmail.com

domina papéis e situações, e se prepara para o futuro. Brincando, o exercício faz desenvolver suas potencialidades.

Presumimos que toda criança brinca, em qualquer lugar do mundo, mesmo nas mais difíceis condições, elas brincam para aprender, ganhar experiências, exercitar sua criatividade e fantasias. No entanto jogos e brincadeiras são pouco utilizados como possibilidades pedagógicas, há ainda uma separação entre o lúdico e o pedagógico, motivada pela dificuldade e desconhecimento dos educadores sobre a importância destas práticas no desenvolvimento, através desta, é explicada a importância de se trabalhar com jogos e brincadeiras visando o desenvolvimento ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva, acreditamos levar aos educadores a compreensão do modo que os jogos e brincadeiras podem contribuir no aprendizado das crianças, principalmente na ocorrência da deficiência intelectual.

2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo FONSECA (1988), o sistema de definição e classificação da deficiência intelectual partia de um paradigma que considerava esta como um traço absoluto do indivíduo, uma expressão da interação entre a pessoa com funcionamento limitado e o seu ambiente.

Na proposta atual, ainda segundo o mesmo autor, a deficiência intelectual é definida como integrativa com funcionamento significativamente, abaixo da média, ocorrendo no período de desenvolvimento, referindo-se a limitações relativas a duas ou mais áreas adaptativas:

Comunicação: Habilidades para compreender e expressar informações através de comportamentos simbólicos como escrita, linguagem de sinais e digital. E comportamentos não simbólicos como expressão facial e movimentos corporais.

Auto cuidado: Refere-se a higiene, alimentação, vestuário, uso de sanitário, etc.

Vida familiar: Comportamento com a família e a comunidade, rotina diária do lar, planejamento, participação com os demais familiares das necessidades da casa.

Social: Compreender e compartilhar intenções, ter amigos, solicitar os outros, controlar impulsos, aplicar suas aprendizagens acadêmicas nas relações sociais.

Autonomia: Habilidades para fazer escolhas, tomar iniciativa, completar tarefas necessárias e solicitadas.

Saúde e segurança: Manter sua própria saúde e alimentação adequadas, prevenir doenças, noções de primeiros socorros, usar condutas adequadas na comunidade.

Funcionalidade acadêmica: Refere-se a habilidades cognitivas, a aprendizagem escolar, como ler, escrever, usar operações matemáticas, enfim, habilidades funcionais em termos de vida independente.

Crianças com deficiência intelectual (apoio intermitente e/ou limitado) possuem algumas características:

- Reações muito lentas

A criança leva muito mais tempo do que o normal para se ajustar a uma nova ideia.

Ela obtém melhor desempenho quando existe uma rotina a ser seguida coerentemente.

- Pouca atenção

Não consegue concentrar-se numa mesma atividade durante um período de tempo elevado.

- Limitação da linguagem

Um considerável número de deficientes pertence a um grupo cuja origem da deficiência é familiar, e a defasagem está na linguagem.

As semelhanças e diferenças precisam ser apontadas repetidamente, e um vocabulário oral precisa ser estabelecido.

- Pobreza de julgamento

As crianças precisam de ajuda para planejar e determinar quais situações são importantes.

Há pouca capacidade para distinguir o certo do errado, devido a capacidade limitada de antecipar as consequências de uma ação.

A definição mais recente de deficiência intelectual da AAMR (Associação Americana de Retardo Mental) destaca o processo interativo entre as limitações funcionais próprias dos indivíduos e as possibilidades adaptativas disponíveis em cada ambiente vivido. Essa nova concepção considera o ajustamento entre as capacidades desse indivíduo e as estruturas específicas do meio, seja ele social, escolar, familiar.

As intervenções feitas durante muito tempo foram apenas através das características do indivíduo, hoje não é possível ignorar as características do funcionamento deste que apresenta incapacidades intelectuais, sem considerar a sua interação com o meio.

A idade mental sempre foi privilegiada nas práticas pedagógicas em relação a idade cronológica. Em cada faixa etária os conhecimentos possuem um sentido e uma utilização distintos. Com isso, esse privilégio pode retardar ainda mais as aprendizagens que seriam úteis para a independência na idade real.

Novas metodologias e técnicas de ensino podem propiciar a ultrapassagem de obstáculos do meio cognitivo.

As habilidades intelectuais alternativas são decorrentes da eficiência da teoria da modificabilidade estrutural de FEURSTEIN (apud. FONSECA, 1988), que promove a aprendizagem mediada.

Em trinta anos de pesquisa e observação de pessoas com déficit cognitivo importante, FEURSTEIN (apud. FONSECA, 1988), detectou que a deficiência funcional está ligada a ausência de Experiências de Aprendizagem Mediada (E.A.M).

Um dos problemas relevantes do deficiente intelectual é o subfuncionamento da memória. Esta pode ser estimulada por repetição,

imagem mental, categorizações. Ela pode ser melhorada e nunca mecanizada.

2.1 PRÉ-REQUISITOS PARA A APRENDIZAGEM

A atualização das habilidades intelectuais alternativas decorre de uma prática de ensino que estimula o indivíduo, no caso, a criança a pensar, a descobrir e a criar. Assim a mediação propicia além de tudo, a motivação, a curiosidade e a concentração.

FEURSTEIN (apud. FONSECA,1988), coloca que as pessoas nascem com uma certa inteligência, mas esta não permanece fixa. Os indivíduos possuem potencial necessário à mudança e são modificáveis se lhes for dada a oportunidade através de modelos corretos de interação (aprendizagem mediada).

A aprendizagem mediada permite que indivíduos com deficiência intelectual desenvolvam habilidades de pensamento eficientes que lhes possibilitarão uma aprendizagem com independência e autonomia. O autor caracterizou as funções cognitivas de acordo com as três principais fases do ato mental: input / elaboração / output.

INPUT: Recepção. É a fase em que as informações ou dados são coletados a fim de resolver uma tarefa.

ELABORAÇÃO: Fase em que as informações ou dados são processados. A mente trabalha com os dados coletados.

OUTPUT: Resposta a informação dada.

Completando essa ideia colocam DARON e PAROT (1998, p. 55):

As escolhas e estratégias que guiam o conhecimento ou, de forma mais geral, as atividades perceptivas, as transformações das imagens mentais ou as transformações semióticas, em suma, o conjunto das atividades chamadas de tratamento de informações, são assim consideradas operações cognitivas, do mesmo modo que as operações de classificação, de juízo e de raciocínio.

De acordo com estes autores, as operações mentais (cognitivas ou intelectuais) dizem respeito ao aspecto operativo de toda conduta, ou seja, raciocina, deduz proposições a partir de um conjunto de premissas consideradas verdadeiras ou falsas. Definição do significado das Operações Mentais segundo o Dicionário Aurélio (1999). Identificação:

Capacidade cognitiva de identificar, reconhecer pessoas, alimentos, roupas, símbolos, movimento, direção, posição, sons, medidas, sentimentos, tons.

Comparação: Capacidade cognitiva de fazer comparações entre dois ou mais objetos, pessoas, estímulos, uns em relação aos outros. Tudo que se identifica é possível fazer comparação.

Análise: Capacidade cognitiva de analisar o objeto como um todo, decompondo-o em suas partes constituintes, fazer análise de parte, tendo em vista conhecer sua natureza, composição, função, propriedades, características, relações, analisar por categoria, classificar por qualidade, quantidade, por medidas, por atributos (cor, forma, espessura, textura).

Síntese: Capacidade cognitiva para reunir os elementos simples para formar o composto, que parte do princípio e chegam as consequências, generalização, quadro expositivo de um conjunto de ciência, organização mental de um sistema.

Classificação: Capacidade cognitiva de identificar, comparar, analisar. Classificando por qualidade, tamanho, importância, por assunto ou temas específicos, cor, quantidade, por classes, subclasses, etc.

Codificação: Capacidade cognitiva de atribuir códigos que podem ser números, letras, cores, sinais, siglas como: S.O.S., C.P.I., I.N.S.S.

Decodificação: O inverso de codificação.

Projeção de Relações Virtuais: É a faculdade (capacidade) que existe no indivíduo, porém sem exercício (prática) ou efeito atual, possível de se realizar. Potencial virtual possível, poder ou força potencial. O que se costuma dizer que está pré-determinado e contém todas as condições essenciais de se realizar.

Diferenciação: Capacidade cognitiva de diferenciar. Na matemática, cálculos para achar um diferencial.

Representação Mental: Representar o pensamento graficamente. Todo conteúdo concreto aprendido através dos nossos sentidos: visão, audição, olfato, gustação e o tato. Representado pela imaginação, pela memória, pelo pensamento. Transformação Mental: Mudar, modificar, dar nova forma, converter as suas ideias mentalmente para em seguida representá-la graficamente, verbalmente ou dramaticamente. Raciocínio Divergente: Capacidade cognitiva de discordar. As opiniões divergem, mas o produto final é o mesmo.

Raciocínio Hipotético: Formular hipótese, presumir, conjectura (juízo ou opinião sem fundamento preciso), fazer suposições sobre o assunto, visando à solução do problema.

Raciocínio Transitivo: Desencadear argumentos mediante a qual dois ou mais juízos nos permitem inferir outros, tirar conclusões, ponderações, observação. Os argumentos vão se desenrolando, passando até a conclusão final.

Raciocínio Analógico: Analisar a relação entre os seres, coisas ou ideias que apresentam entre si elementos, além daqueles comuns a espécie. Ponto de semelhança entre coisas diferentes.

Raciocínio Lógico: Compreender o que há de geral e essencial em fatos isolados, estabelecer relações lógicas entre elas formando conceitos e ideias, que são condições gerais de verdadeiro conhecimento.

Raciocínio Silogístico: Usar argumentos para fundamentar uma ideia, uma opinião, deduzir, concluir através de estudos minuciosos de fatos e argumentos para igualmente fundamentar uma ideia, uma opinião.

Raciocínio Inferencial: Operação mental que consiste em se estabelecer uma verdade universal ou uma proporção geral com base no conhecimento de vários dados gerais.

Raciocínio Progressivo: Capacidade cognitiva de trabalhar o pensamento, as ideias gradativamente, evoluindo até a conclusão lógica da questão.

Raciocínio Verbal: Organizar ideias de modo a exprimir com clareza e precisão um pensamento lógico.

Raciocínio Espacial: Visualizar no espaço, formas e objetos no espaço, formas e objetos de duas ou três dimensões, bem como julgar visualmente formas geométricas e compreender relações entre objetos.

Raciocínio Abstrato: Capacidade cognitiva de reflexão, de estabelecer sequência entre símbolos abstratos.

2.2 PERCEPTO COGNITIVO

É o conjunto dos mecanismos pelos quais um organismo adquire a informação, conhecimento e tratamento destas informações. (Flavel, H. Miller, A. Miller, 1999). Os autores colocam ainda:

São processos mentais superiores como o conhecimento, a consciência, a inteligência, o pensamento, a imaginação, a criatividade, a geração de planos e estratégias, o raciocínio, as inferências, a solução de problemas, a conceitualização, a classificação, a formação de relação, a simbolização, e talvez a fantasia e os sonhos, os movimentos motores organizados. Ou seja, todo tratamento de informações e acontecimentos do meio interno ou externo que se aplica particularmente ao que se diz respeito a percepção, a memória, ao pensamento, a linguagem.

Segundo os autores citados, fazem parte desses processos mentais:

Percepto Cognitivo Motor

- Atenção e concentração;
- Esquema corporal;
- Lateralidade;
- Sequência lógica;
- Seriação;

- Percepção visual;
- Discriminação visual;
- Memória visual;
- Discriminação auditiva;
- Memória auditiva;
- Raciocínio lógico;
- Noção de cores;
- Noção de posição;
- Noção de quantidade;
- Noção de movimento;
- Noção de formas;
- Noção de qualidade;
- Noção de tamanho;
- Noção temporal;
- Noção espacial;
- Coordenação viso-motora.

3 BRINCAR E SEUS BENEFÍCIOS

O jogo da criança de hoje em comparação aos jogos infantis do começo do século, apresenta grande diferença. A televisão e a tecnologia dos brinquedos modernos mudaram a brincadeira infantil. A falta de espaço e de segurança nas ruas também influenciou esta mudança.

É através da brincadeira que a criança tem oportunidade de colocar para fora todos os sentimentos que precisam ser compreendidos e valorizados pelo adulto.

O interesse pelo brinquedo muda com a idade: um bebê brinca com suas mãos e pés, descobrindo objetos a sua volta.

Mais tarde, esses objetos passam a ter significados, um simbolismo, como brincar de casinha.

Os jogos, com regras, outros participantes, pontuação, vencedor, chegam numa idade mais avançada e podem trazer inúmeros benefícios às crianças, sejam elas deficientes intelectuais ou não. Contudo, de acordo com CUNHA, (1994), "Aprender a ver é o primeiro passo para o processo de descoberta". Para ele,

[...] a forma de introduzir o brinquedo ou o jogo à criança é muito importante, em certas ocasiões, pode até ser colocado no ambiente que a criança vai explorar, em outras vezes precisa ser apresentado a ela, e mostradas as possibilidades de exploração. De qualquer forma é indispensável que a criança se sinta atraída por ele. (CUNHA, 1994 p. 10)

Quando o adulto e principalmente o educador, apresenta várias coisas ao mesmo tempo, ou então, por tempo insuficiente ou excessivo, está interrompendo a atitude da observação.

Se quisermos que a criança, principalmente as com deficiência intelectual, aprenda a observar, a ver o que olha, temos que escolher o momento certo para apresentar-lhe o objeto, motivá-la e dar-lhe tempo suficiente para sua percepção diante do objeto. Devemos estar preparados também para sua falta de interesse, cansaço e reações negativas.

É o educador quem pode proporcionar oportunidades para a criança ver coisas interessantes, mas é indispensável que respeitemos o momento de descoberta da criança para que ela possa desenvolver sua capacidade de concentração e aceitação.

Para ROSAMILHA (1979),

[...] a criança se desenvolve através de sua interação com o ambiente que a envolve, e o nível de sua interação depende do potencial intelectual que ela possui. (ROSAMILHA, 1979)

A criança bem dotada é motivada a agir porque extrai do seu meio os estímulos que propiciarão o seu desenvolvimento. A criança com deficiência intelectual, pelas dificuldades que apresenta, tem menor possibilidade de aproveitar as situações a sua volta, podendo até ficar

alheia aos acontecimentos que a cercam. Algumas vezes essa criança não demonstra interesse por brinquedos, não os explora e não manifesta prazer nas brincadeiras de grupo. Quando isto acontece, segundo o autor, faz-se necessário uma ajuda para despertar seu interesse, caso contrário não irá beneficiar-se das oportunidades que o brinquedo oferece ao seu desenvolvimento.

Apresentar o brinquedo, mostrar como ele funciona, estimular sua participação são formas de animá-la. O medo de encontrar dificuldades que não possa superar é também uma das razões de seu desinteresse e provoca a vontade de repetir sempre o jogo que já aprendeu a manipular.

Para poder proporcionar-lhe experiências positivas e novas, é conveniente conhecer o nível de seu desenvolvimento e sugerir jogos compatíveis com ele.

Sua idade mental poderá condicionar suas possibilidades com relação ao cognitivo, mas sua idade cronológica e sua vivência certamente determinará seu interesse.

Não existem brinquedos especiais para deficientes intelectuais, todos brincam com os mesmos brinquedos que os normais, porém a escolha destes precisa ser mais criteriosa para que não se corra o risco de oferecer-lhe um jogo com o qual não tenha condições de brincar.

A criança com deficiência tem maior necessidade de brinquedos e materiais, pois, por ter dificuldade em abstrair, precisa de experiências concretas para aprender.

3.1 CLASSIFICAÇÕES DE BRINQUEDOS

Vários autores fizeram classificações de brinquedos segundo critérios diferentes. PIAGET (1957) os classificou da seguinte maneira:

- Jogos práticos (brinquedo funcional) – são explorações sensório motoras.

- Jogos simbólicos – há dramatização e substituições de ações. Aos poucos vão incorporando a imitação e passando a ser brinquedos sócio dramáticos.
- Jogos com regras – continuam até a fase adulta. São jogos nos quais a criança sabe seguir as regras e/ou compreendê-las. (PIAGET, 1957)

3.1.1 Jogos: Desenvolvimento E Aprendizagem

O jogo proporciona segundo CUNHA (1994) o aprender fazendo, e para ser melhor aproveitado é conveniente que seja dinâmico e desafiador, que realmente exijam a participação da criança.

As situações problemas contidas em certos jogos, se estiverem adequadas as necessidades do desenvolvimento da criança, fazem-na crescer através da procura de soluções e de alternativas.

O jogo estimula a inteligência porque faz com que a criança fique atenta, concentrada e engajada. Distrai, porque oferece uma saída para a tensão provocada pela pressão do contexto adulto.

Pode-se aumentar gradativamente a capacidade de uma criança em permanecer em uma mesma atividade, fornecendo-lhe inicialmente jogos que exijam menos tempo de realização, e, à medida que ela consiga executá-las, oferecer-lhe outros com maior tempo de utilização.

Os jogos e brincadeiras são excelentes oportunidades para nutrir a linguagem da criança, principalmente às com deficiências intelectuais, que geralmente possuem vocabulário pobre, por falta de estímulos. O contato com outros objetos e diferentes situações estimula também a linguagem interna e este aumento de vocabulário.

O entusiasmo da brincadeira, no caso do jogo faz com que a linguagem verbal se torne mais fluente e haja maior interesse pelo conhecimento de palavras novas. A variedade de situações que o jogo possibilita pode favorecer a aquisição de novos conceitos. A participação de um adulto, ou criança mais velha, pode enriquecer o processo: a

criança tem novas experiências e o adulto é novamente integrado ao mundo infantil.

“Brincando, a criança desenvolve seu senso de companheirismo: jogando com companheiros, aprende a conviver, ganhando ou perdendo, procurando entender regras e conseguir uma participação satisfatória”. (CUNHA, 1994 p.12).

No jogo, a lei não deriva do poder ou da autoridade, mas das regras, portanto, do jogo em si. Conhecidas as normas, todos têm as mesmas oportunidades, e participando do jogo, a criança aprende a aceitar as regras, pois o desafio está justamente em saber respeitá-las. Esperar sua vez, aceitar o resultado dos dados ou de outro fator de sorte são excelentes exercícios para lidar com frustrações e ao mesmo tempo, elevar o nível de motivação.

As relações cognitivas e afetivas, conseqüentes da interação lúdica, propiciam amadurecimento emocional e vão pouco a pouco, construindo a sociabilidade infantil. Especialmente nos jogos grupais, a interação acontece de maneira mais fácil, pois é estimulada pela necessidade que os elementos de grupo têm de alcançar determinadas metas. Para extrair resultados mais ricos dessa interação é necessário mudar sempre os elementos dentro de cada grupo. Brincar junto reforça os laços afetivos.

Toda criança gosta de brincar com seus pais, professores, avós, irmãos mais velhos. A participação de um adulto no jogo eleva seu nível de interesse. Ela sente-se ao mesmo tempo prestigiada e desafiada. Com isso, suas experiências e descobertas tornam o jogo mais estimulante e mais rico em aprendizado.

Para preservar a ludicidade, no caso, o educador, deve limitar-se a sugerir, a estimular, a explicar, sem impor determinada forma de agir. Que a criança aprenda a utilizar o jogo descobrindo e compreendendo, e não por simples imitação. É importante que estes jogos envolvam operações de pensamento, imaginação, criatividade, e que possibilitem a descoberta.

O deficiente intelectual precisa tanto de atividades grupais que o leve a se sociabilizar, quanto de atividades individuais que possibilite as suas necessidades pessoais.

3.1.2 Brinquedos Pedagógicos

De acordo com ROSAMILHA (1979), costuma-se chamar de brinquedo pedagógico ao que foi fabricado com o objetivo de proporcionar determinadas aprendizagens, tais como cores, formas geométricas, números ou letras, etc. Porém, tal denominação é relativa visto que, o que caracteriza o brinquedo é a atitude que envolve a sua utilização.

Um brinquedo pedagógico com letras do alfabeto impressas em cubos de madeira, por exemplo, pode ser usado para montar um trenzinho, e um trenzinho pode ser usado como instrumento de alfabetização, quando a criança se interessa em ler o que vem escrito nele. Um ursinho de pelúcia é o mais pedagógico que se pode oferecer em certos momentos, como uma bola de futebol entre outros. Seguindo esta linha de raciocínio, poderíamos dizer que brinquedo pedagógico é todo o objeto que atende a necessidade da criança no momento em que ela o utiliza.

Maria Montessori, constatou que um determinado jogo pode atender de tal forma a uma necessidade interior da criança que ela o executa algumas dezenas de vezes, filtrando sua atenção de tal forma que ao largar o jogo, está mais calma e relaxada podendo até passar a ter comportamento mais tranquilo (MONTESSORI, 2003).

Ainda segundo a autora, o maior valor do brinquedo está na gratuidade. No brinquedo a criança chega a alcançar um nível de participação que a enriquece na medida em que aumenta sua capacidade de engajamento.

A proposta definida de um brinquedo pedagógico pode funcionar como desafio à participação da criança. É motivador e pode servir como um meio de avaliação de suas habilidades.

4 O LÚDICO MAIS PEDAGÓGICO

4.1 AMARELINHA

Segundo MEIRELLES (2007), a amarelinha é uma das brincadeiras de rua mais tradicionais do Brasil. Percorrer uma trajetória de quadrados riscados no chão de pulo em pulo tinha o nome de “pular macaca” quando foi trazida pelos portugueses a mais de 500 anos. Hoje, em tempos de jogos eletrônicos, internet e televisão, a brincadeira sobrevive nos hábitos de milhões de crianças.

Em cada canto do país, as crianças brincam de um modo diferente e chamam a brincadeira por nomes diferentes.

Como brincar:

Desenhe no chão um diagrama com quadrados, intercalando quadrados solitários com duplas numerando cada um de 1 a 10. No topo, faça uma meia-lua. Este será o céu. Antes da casa número 1, outra meia-lua: o inferno.

Comece a brincadeira atirando a pedrinha na casa 1. Pule a casa 1 e vá passando por todas as outras casas. Seu objetivo será passar por todas as casas (pisando com apenas um pé nas únicas e com os dois pés nas duplas) até chegar no céu, onde pisará com os dois pés. De lá retorne do mesmo jeito, só que, dessa vez, pare antes da casa 1 e, com apenas um pé no chão, se abaixe para pegar a pedrinha e pule em direção ao início do jogo. Cuidado para não cair no inferno.

Recomece jogando a pedra na casa dois e assim por diante, pulando sempre a casa onde está a pedra. Se você errar a mira e a pedrinha cair fora da casa certa, perde a vez. Isso também acontece com quem pisar no

inferno, colocar os dois pés no chão nas casas únicas ou na hora de recolher a pedrinha que estiver em casa dupla.

Outras formas de brincar:

No lugar dos números, em cada quadrado utilizamos:

- Cores;
- Figuras;
- Vogais;
- Alfabeto;
- Sílabas já trabalhadas;
- Adições simples;
- Subtrações simples;
- Tabuada;
- Animais, etc.

4.2 DOMINÓ

Com as peças do dominó podemos desenvolver várias atividades temos outras formas de brincar:

No lugar dos pontos, utilizamos:

- Cores;
- Formas geométricas;
- Figuras;
- Vogais;
- Alfabeto;
- Sílabas já trabalhadas;
- Complementação frasal;
- Adições simples;
- Subtrações simples;
- Tabuada;
- Animais, etc.

4.3 QUEBRA-CABEÇA

Um quebra-cabeça é um jogo onde um jogador deve resolver um problema proposto. Nesse tipo de jogo, o raciocínio é bem mais importante que a agilidade e a força física. Acredita-se que a história começou quando no século XVIII um cartógrafo colou um mapa a uma tábua de madeira.

Os quebra-cabeças são normalmente usados como passatempo, mas poderiam ser mais uma ferramenta pedagógica.

Outras formas de brincar:

- Começar com duas peças, três, e aumentar conforme o desempenho;
- Montar o próprio nome;
- Montar a própria fotografia;
- Montar o corpo humano, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos que melhor repercuti sobre a criança é a satisfação ao brincar e interagir. Tal aspecto, no mínimo, pode ser contribuinte para o desenvolvimento e a ampliação da sua qualidade de vida.

Concluimos com este trabalho, que o brincar deve ser a prioridade na infância de qualquer criança, seja ela deficiente intelectual ou não.

Que estimulada, a criança desenvolve todos os pré-requisitos e tem maior possibilidade na aprendizagem. Os jogos e brincadeiras por si só, desenvolvem na criança criatividade, atenção, memória, coordenação motora, raciocínio lógico, etc.. Mas se o educador for preparado, esta evolução pode ser mais rápida, mais aprimorada e conseqüentemente seu aprendizado será satisfatório em vários, senão todos os aspectos.

Diante disso, foi possível perceber para que a escola possa promover a inclusão será necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma

formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais.

Quando todos unirmos em uma só causa o bem estar e dedicação do aluno a aprendizagem será prazerosa isto depende do empenho de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **A construção do afeto**. 5 ed. São Paulo: Augustus, 2003.

BEE, H.; BOYD, D. **A Criança em Desenvolvimento**. 12 ed. São Paulo: Artmed, 2011.

CARDOSO, D. R. O. **A afetividade no cuidar na educação infantil escolar**. 2006. Memorial (Graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <. bibliotecadigital.unicamp.br document do n 207 >. Acesso em: 23 dezembro, 2020.

CORRÊA, P. R. **A dimensão afetiva do ser humano: contribuições a partir de Piaget**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~pedagogia/novo/files/tcc/tcc_turma_2005/261351.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020

DISSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília. Pág. 21-32. Disponível em: <www.scielo.br/paideia>. Acesso em: 23 nov. 2020.

FERRACIOLI, L. **Aspectos da construção do conhecimento e da aprendizagem na obra de Piaget**. 1999. Disponível em:

FERRARI, M. B. F. Skinner. **O cientista do comportamento e do aprendizado**. 2013.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a Deficiência Mental: Novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

A DINAMIZAÇÃO DA LEITURA NO AMBIENTE ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

SILVA, Danielle de Paula da⁴

RESUMO

O estudo promove uma discussão sobre a dinamização da leitura dentro do ambiente escolar e as contribuições para o desenvolvimento da leitura e escrita dos alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental. A leitura é um processo fundamental para o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem da criança. É a partir da leitura que a criança consegue prosseguir no processo de desenvolvimento da escrita. A importância de inserir a leitura no cotidiano da primeira infância foi percebida e estudada por psicólogos, pedagogos, entre outros profissionais envolvidos no Ensino Fundamental. Diante disso, busca-se responder a seguinte indagação: O estudo apresenta a seguinte indagação: como a dinamização da leitura pode contribuir para o desenvolvimento da escrita para as crianças do Ensino Fundamental I? O objetivo do estudo é compreender como a dinamização da leitura pode contribuir para o desenvolvimento da escrita para as crianças do Ensino Fundamental I. A metodologia utilizada é pesquisa fenomenológica e qualitativa-descritiva. Caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois faz um levantamento teórico do assunto a ser abordado na pesquisa. Entendo que a dinamização pode contribuir para a formação dos alunos, motivando o desenvolvimento e aprendizagem dentro do ambiente escolar, agregando conhecimentos relacionados aos conteúdos estudados em sala de aula e promovendo o gosto pela leitura dentro e fora do ambiente escolar e, conseqüentemente, fazendo com que o aluno desenvolva outras habilidades cognitivas como a criatividade, a escrita e a comunicação.

Palavras-Chave: Leitura. Escrita. Ensino Fundamental.

1 INTRODUÇÃO

Discutir a importância da leitura no ambiente para a formação intelectual do indivíduo é um desafio necessário atualmente. Visto que, o ato de ler deve ser trabalhado desde a primeira infância e o incentivo precisa acontecer dentro das escolas, que precisam criar meios para atrair os alunos e ajuda-los a perceber a leitura como algo prazeroso e que pode contribuir para a sua formação.

⁴Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas. Pós-graduanda do curso de Linguística e Formação de leitores da Faculdade Souza - EAD, 2021. E-mail: daniellepaula586@gmail.com

A leitura é um processo fundamental para o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem da criança. É a partir da leitura que a criança consegue prosseguir no processo de desenvolvimento da escrita. A importância de inserir a leitura no cotidiano da primeira infância foi percebida e estudada por psicólogos, pedagogos, entre outros profissionais envolvidos no Ensino Fundamental. Acredita-se que, para alguém se interessar por livros na vida adulta, é fundamental que a palavra escrita esteja ao seu alcance desde cedo.

Diante disso, apresenta-se na pesquisa informações sobre aumentar às atividades de leitura no ambiente escolar para obter melhores resultados no desenvolvimento da escrita nos primeiros anos do Ensino Fundamental, que é onde a criança está desenvolvendo seus hábitos e suas funções cognitivas. O estudo apresenta a seguinte indagação: como a dinamização da leitura pode contribuir para o desenvolvimento da escrita para as crianças do Ensino Fundamental I?

O objetivo geral do estudo é compreender como a dinamização da leitura pode contribuir para o desenvolvimento da escrita para as crianças do Ensino Fundamental I. Para isso, buscam-se informações que atendam aos objetivos específicos que são: entender o que é a leitura e como ela pode influenciar na escrita dos alunos, verificar meios de incentivo a leitura no ambiente escolar e identificar os processos de leitura no Ensino Fundamental.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 LEITURA

A leitura é um processo onde o leitor tem a oportunidade de expandir seu desenvolvimento intelectual, ou obter domínio de outras áreas do conhecimento. Sendo considerada de grande importância na sociedade contemporânea, exigida no mercado de trabalho e essencial

para o exercício da cidadania, pois possibilita a compreensão de leis e decretos estabelecidos. Dessa forma:

A leitura é um processo em que o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, apoiando-se em diferentes estratégias como seu conhecimento sobre assunto, sobre autor e de tudo o que sabe a respeito da linguagem escrita e o gênero em questão (RCNEI, p.144-145, 1998).

Para que haja a leitura é preciso que seja apresentado ao leitor um trabalho ativo e seu passo a passo com o significado dos objetos da leitura, e dessa forma buscar a interpretação do texto para que de fato o assunto seja compreendido, além de ter conhecimento sobre o autor, a linguagem, a escrita e o gênero da leitura.

A leitura valoriza as pessoas, é uma habilidade de extrema importância e indispensável para a aquisição de conhecimento. Segundo (LOPES, p.121, 2009)

A leitura significa muito mais do que um simples processo pelo qual uma pessoa decifra os sinais ou símbolos, como por exemplo, as palavras e as letras, e reproduz o som. Ela sabe ler quando compreende o que ler, quando retira o significado do que lê, interpretando os sinais escritos. (LOPES, p.121, 2009)

A aprendizagem da leitura é de grande importância para o indivíduo. É necessária para obtenção de informações, para o conhecimento de outras culturas, para a inserção social e no mundo do trabalho, como também para o exercício da cidadania através do conhecimento das leis, o que capacita os indivíduos a buscarem seus direitos e cumprirem seus deveres.

A leitura é um processo fundamental para o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem. É a partir da leitura que a criança consegue prosseguir no processo de alfabetização e letramento. Barbosa (1994, p. 18), afirma que a criança lê o que escreve, e escreve o que lê, portanto, a leitura caminha com o processo de aprendizagem. Wisniewski e Polak

(2009, p. 3), compreende que o gosto e hábito pela leitura são algo que deve ser desenvolvido desde a infância, porém, esse incentivo deve proceder durante toda a vida.

Para inserir a leitura no cotidiano de uma criança, Coelho (200, p.79), afirma que a primeira infância ocorre entre os dezesseis ou dezessete meses aos três anos, na qual a criança “começa a conquista da própria linguagem”. Acredita-se que, para alguém se interessar por livros na vida adulta, é fundamental a figura do adulto como incentivador da escrita e leitura esteja ao seu alcance desde cedo.

Toda criança tem um repertório de conhecimentos acumulados e organizados no decorrer de sua experiência de vida. Esse acervo de conhecimentos funciona como um esquema de assimilação, como uma teoria explicativa do mundo. É a sua estrutura cognitiva. Barbosa (1994, p.71), traz essa visão da criança sob um objeto novo, onde a mesma se move e estabelece uma relação com as diversas informações recebidas e os estímulos que deve-se aprender.

Além de aumentar a capacidade de assimilar os sinais gráficos, a criança pode expandir seu vocabulário, além de ser fundamental no desenvolvimento da imaginação e criatividade. Ao manusear um livro, o indivíduo é capaz de identificar a existência da grafia e da linguagem ali presente e partir deste momento passa a estabelecer uma relação entre tudo o que ouve e vê com a leitura. Nessa linha de pensamento, Mota e Pereira, [s.d], explicam que a aprendizagem é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados e orientados no processo ensino aprendizagem. “Mesmo podendo associar a leitura ao seu cotidiano, grande parte do seu repertório verbal é usada de forma imitativa, sem que ele domine o significado das palavras” (Bock, 2008, p.26).

Por isso é tão importante a leitura antes e durante esse processo de desenvolvimento infantil, pois nessa fase é que todos os hábitos estão se

formando, e a criança aprende a ver a leitura como um exercício prazeroso, ou até associar a leitura com brincadeiras e atividades de distração. O acesso à leitura tem influência no desenvolvimento da linguagem oral e escrita, por este motivo é essencial o contato da criança com os livros e as histórias infantis. Ferreiro (2008, p. 24), afirma que as crianças são facilmente alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido.

Uma sociedade leitora é capaz de tornar o mundo cada vez melhor. Para que isso ocorra, é necessário um incentivo à leitura desde a primeira infância. As crianças devem gostar de ler, criar o hábito de ler por amor, por prazer, tratar a leitura como uma brincadeira divertida. Os livros são como brinquedos. Essa é melhor forma de incentivar o ato de ler para as crianças.

Quanto antes a criança tiver oportunidade de manusear os livros e perceber a escola como sendo algo bom e divertido, melhor. Visto que, a primeira leitura que a criança consegue desenvolver é a leitura de imagens e figuras. Podemos observar isso quando a criança começa a associar uma figura, por exemplo, quando a mãe decide contar uma história infantil e o livro é cheio de ilustrações e figuras, como a história dos Três porquinhos. Quando a criança ouve a história ela começa a associá-la com as figuras que estão no livro e assim inicia uma pequena leitura visual. Afinal,

Estamos cercados por imagens. Vivemos no chamado "mundo da imagem", e as crianças, desde pequenas, interagem com elas. Lidar com as imagens, lê-las e interpretá-las constrói a cultura visual do indivíduo, bem como a compreensão do mundo e de sua própria existência. (CUNHA e FISCHER, 2009, p. 2031).

A interação com imagens, desenhos, figuras, entre outras diversas manifestações artísticas fazem parte do cotidiano de todas as pessoas. As

crianças em particular são as que mais observam, pois estão aprendendo e buscando uma interação com o resto do mundo. Dessa forma, assim como as crianças recebem mensagens através dessas figuras, ela também transmite pequenas mensagens.

O acesso à leitura pode influenciar no desenvolvimento da linguagem oral e escrita, por este motivo é essencial o contato da criança com os livros e as histórias infantis. Ferreiro (2008, p. 24), afirma que as crianças são facilmente alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido.

2.2 INCENTIVOS À LEITURA NO AMBIENTE ESCOLAR

A leitura é um ato que pode mudar o futuro das crianças e conseqüentemente o futuro do mundo. Aprendendo o quanto pode ser prazerosa a leitura, as crianças começam a querer ler cada vez mais. Assim, quando adultos, não deixaram os livros e passarão esse hábito também aos seus filhos.

Estimular as crianças ao ato de ler é uma forma de demonstrar amor por eles. Assim, eles se tornarão no futuro pessoas responsáveis, cidadãos e poderão usufruir de uma formação sociocultural com mais qualidade. Pensando em tudo o que uma criança pode ganhar com o hábito da leitura é que, existem as inúmeras maneiras de estimular a leitura na infância. Isso pode acontecer através dos pais, dos professores, das bibliotecas inseridas dentro do ambiente escolar.

Diante das discussões sobre o uso do português correto, aparece a necessidade da leitura para a formação de qualquer cidadão. A revolução tecnológica nos trouxe grandes avanços e novos hábitos, principalmente para uma geração jovem cada vez mais impaciente. Tanto os estudantes de ensino médio e superior quanto profissionais precisam ler mais.

Lendo mais, escreve-se melhor. Para se produzir qualquer texto devem-se ler diversos livros, revistas, jornais e artigos antes, para que a mente se abasteça de ideias e uma opinião seja formada. Leitura e escrita se tornam então duas atividades que se completam mutuamente.

2.3 ENSINO FUNDAMENTAL

É um direito garantido em lei e amparado pela Base Nacional Comum Curricular o acesso à educação por todos os cidadãos. Dessa forma, o ensino fundamental é uma etapa escolar com duração de nove anos, destacando o fato de que as crianças e adolescentes estão em uma fase de transição e mudanças.

O ensino fundamental possui um curricular que visa valorizar esse momento, pois, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), durante a transição do Ensino Fundamental II, “as crianças venciam mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo” (BRASIL, 2017, p. 56).

É necessário que o direito ao acesso à educação básica seja garantido, independentemente de qualquer característica social. Segundo o art. 6º da Lei de diretrizes e base (LDB): “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade”. Sendo obrigatória, segundo o art. 32 a permanência no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade, com ensino gratuito nas escolas públicas, tendo como objetivo principal a formação básica do indivíduo.

Trata-se de uma etapa fundamental para o desenvolvimento da criança, principalmente, em relação ao aprendizado escolar. Portanto, o Ensino fundamental consiste na segunda etapa da educação Básica, para alunos na faixa etária de 06 a 14 anos, objetiva a formação básica do

cidadão, tal formação efetivada mediante o cumprimento de um conjunto de requerimentos (SILVA, 2013, p.05).

Entende-se que sendo a segunda etapa da educação, diz respeito a uma etapa importante da formação escolar na criança, possibilitando melhorias para o seu desenvolvimento escolar, social e afetivo. Essa etapa passou por algumas alterações, passando agora a ter nove anos de duração e incluem as crianças de seis anos de idade (BRASIL, 2007, p. 20).

2.4 PROCESSOS DE LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Os processos de leitura no Ensino Fundamental consistem nos métodos utilizados para inserir e incentivar a leitura utilizando recursos pedagógicos diferenciados que possam atrair a atenção das crianças para a importância do ato de ler e do prazer pela leitura. Visto que,

A leitura é um instrumento basilar para o dia-a-dia de todos os cidadãos, por desempenhar um papel importante na comunicação e na partilha de informações, que são fatores fundamentais para se compreender o mundo e para se adquirirem novas aprendizagens. Como já se referiu anteriormente, o ato de ler envolve um processo de ensino-aprendizagem complexo, que envolve competências cognitivas, sociais e culturais, que dependem essencialmente de quatro constituintes: o aluno, o professor, o contexto e o currículo e seus conteúdos (ANTUNES, 2016, p. 12).

Diante disso, entende-se que o ensino e aprendizagem estão relacionados aquilo que a criança consegue assimilar e a leitura é um recurso fundamental nesse processo, pois é por meio da leitura que o aluno tem a oportunidade de desenvolver habilidades cognitivas que podem contribuir para a sua formação como cidadão crítico e reflexivo na sociedade.

De outro modo, a Base Nacional Comum Curricular afirma que:

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos às leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (BRASIL, 2017, p. 69).

Sendo assim, os processos de leitura no Ensino Fundamental devem envolver o conjunto de habilidades cognitivas que promovam a verdadeira compreensão da mensagem escrita. A BNCC descreve que esses procedimentos de leitura, interpretação e compreensão devem acontecer para desenvolver o conhecimento do aluno.

2.5 LEITURA E ESCRITA

A leitura é um processo onde o leitor tem a oportunidade de expandir seu desenvolvimento intelectual, ou obter domínio de outras áreas do conhecimento. Leffa (1996, p. 10), conceitua a leitura sendo basicamente um processo de representação. Como esse processo envolve o sentido da visão, ler é, na sua essência, olhar para algo e ver o sentido dela.

Sendo um processo fundamental para o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem infantil. É a partir da leitura que a criança consegue prosseguir no processo de alfabetização e letramento. Barbosa (1994, p. 18), afirma que a criança lê o que escreve, e escreve o que lê, portanto, a leitura caminha com o processo de aprendizagem. Wisniewski e Polak (2009, p. 3), compreende que o gosto e hábito pela leitura são algo que deve ser desenvolvido desde a infância, porém, esse incentivo deve proceder durante toda a vida.

Do mesmo modo, o processo da escrita está relacionado ao processo de alfabetização e letramento, que ocorre quando a criança é capaz de reconhecer os códigos de leitura e, conseguir desenvolver a comunicação.

Nesse sentido, LERNER (2002, p. 61) afirma que:

O domínio da escrita é uma condição social; quando lemos ou escrevemos um texto, participamos de uma "comunidade textual", de um grupo de leitores que também escrevem e ouvem, que compartilham uma determinada maneira de entender um corpus de textos. [...] Pensamos no domínio da escrita como uma condição ao mesmo tempo cognitiva e social. (LERNER, 2002, p. 61)

Portanto, viabilizando a leitura e a escrita como um meio para a comunicação é possível perceber os domínios das mesmas como um processo de desenvolvimento cognitivo e social da pessoa humana, assim como, uma necessidade para que a mesma possa se comunicar e relacionar-se com outras pessoas. Lerner (2002, p. 61) expõe dois lemas educativos, que são: "só se aprende a ler, lendo" e "aprende a escrever, escrevendo". Essa visão é bem realista, visto que a prática pode levar ao aperfeiçoamento.

É fato que a leitura tem grande influência no desenvolvimento infantil da linguagem oral e escrita. A criança que lê, ou ouvi histórias, com uma frequência maior, ela expandiu o seu vocabulário de forma natural. A leitura estimula o raciocínio e explora a imaginação e a criatividade da criança.

Tanto a leitura como a escrita são processos interpretativos através dos quais se constroem significados; quer dizer, ler e escrever são basicamente atividades com as quais construímos e ampliamos nosso conhecimento do mundo que nos rodeia (PAUSAS, 2004, p. 17).

Entende-se que a leitura não só influencia na escrita como também pode ter influência na forma de ver o mundo ao nosso redor, ou a forma

em que julgamos a sociedade. Estimular, no seu significado mais lógico, é despertar o interesse para algo. Ferreiro (2008), diz que são os estímulos que controlam as respostas, aprender é substituir uma resposta por outra. Trocar uma resposta por outra, ou receber uma resposta, assimilar seus significados e obter uma compreensão da mesma, para então chegar à própria conclusão. Isso estimula a forma de exercitar o pensamento. Bock (2008, p.28), compreende que com o decorrer do aparecimento da linguagem, o desenvolvimento do pensamento acelera. Isso também ajuda a interação da criança com o meio social onde ela está inserida.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Essa é uma pesquisa fenomenológica e qualitativa-descritiva. Canzoniere (2011, p. 36), explica que a fenomenologia trata de descrever fatos; por isso não busca a verdade absoluta e definitiva; a qualquer momento o fenômeno pode ser investigado e obter uma nova interpretação. Desta forma, a pesquisa torna-se fenomenológica, pois, busca descrever a dinamização da leitura no ambiente escolar para o desenvolvimento da leitura e escrita dos alunos nos primeiros anos do Ensino Fundamental. E qualitativa, pois, não está priorizando a quantidade de pessoas investigadas, mas sim o estudo aprofundado dos fatos, visto que, todo há apenas informações bibliográficas, sem a necessidade de apresentar dados estatísticos. Pois,

A pesquisa qualitativa busca entender o contexto onde o fenômeno ocorre, delimita a quantidade de sujeitos pesquisados e intensifica o estudo sobre o mesmo. Sua pretensão é a compreensão, em níveis aprofundados, tudo o que se refere ao homem, enquanto indivíduo ou membro de um grupo ou sociedade. (CANZONIERE, 2011, p. 38).

A análise qualitativa é a melhor opção para este projeto, pois o objetivo não é atingir quantidade de grupos de pessoas, mas fazer um

estudo mais profundo do objeto. Segundo Godoy (1995, p. 63), quando o fenômeno é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada.

Caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois faz um levantamento teórico do assunto a ser abordado na pesquisa. Para Andrade (2010, p. 113), a pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como constituir-se no passo inicial de outra pesquisa. Nessa etapa foram utilizadas como palavras-chave: Leitura e escrita, Ensino Fundamental, Incentivo à leitura, Leitura no Ambiente Escolar. Sendo utilizados materiais disponíveis nas seguintes bases de dados: Scielo, Google Acadêmico e Educere, além de livros em formato físico e materiais do Ministério da Educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destaca a importância do incentivo ao ato de ler no ambiente escolar, abordando a dinamização da leitura neste espaço e como este incentivo pode contribuir para o desenvolvimento da escrita de alunos do Ensino Fundamental. Visto que, os processos de leitura são de grande importância para a formação individual, sendo necessária para obtenção de informações, para o conhecimento de outras culturas, para a inserção social e no mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

Estima-se o alcance dos objetivos durante a realização da pesquisa bibliográfica, onde foi possível compreender que a dinamização da leitura pode contribuir para o desenvolvimento da escrita para as crianças do Ensino Fundamental I, sendo realizada por meio do incentivo à leitura e pela facilitação dos processos de leitura aos alunos.

Essa dinamização pode contribuir para a formação dos alunos, motivando o desenvolvimento e aprendizagem dentro do ambiente

escolar, agregando conhecimentos relacionados aos conteúdos estudados em sala de aula e promovendo o gosto pela leitura dentro e fora do ambiente escolar e, conseqüentemente, fazendo com que o aluno desenvolva outras habilidades cognitivas como a criatividade, a escrita e a comunicação.

O estudo pode contribuir para outras pesquisas relacionadas à leitura no ambiente escolar, o desenvolvimento da leitura e escrita, processos de leitura, desenvolvimento escolar e formação de leitores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho de graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010

ANTUNES, Tatiana Filipa Lourenço. **A dinamização da biblioteca escolar**: um contributo para a promoção da leitura. :ISEC, 2016.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é base. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2. ed. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da educação. **Referencial Curricular nacional para a educação infantil**: conhecimento de mundo Brasília: MEC, 2002.V.3.

CANZONIERI, Ana Maria. Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. Editora Moderna, 2000.

CUNHA, Cinara Marli; FISCHER, Julianne. In: III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. **O ensino de artes e leitura de imagem** EDUCERE: Paraná, 2009.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2008.

GODOY, Arilda Schimidt. **Introdução e pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: RA, 1995.

IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. III Encontro Sul Brasileiro de pedagogia. WINIEWISK, Ivone AP.; POLAK, Ivanilde. **Biblioteca: Contribuições para a formação do leitor**. Paraná: PUCPR, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3102_1701.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística**. Porto Alegre: Sagra – C.D Luzzato, 1996.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LOPES, Vanessa Gomes. **Fundamentos da educação psicomotora**. Curitiba: Fael, 2010.

MILEK, Emanuelle; SABATOVSKI, Emílio; FONTOURA, Iara P. **LDB Lei 9.394/96: lei de diretrizes e bases da Educação Nacional**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

MOTA, Maria Sebastiana Gomes; PEREIRA, Francisca Elisa de Lima. I colóquio sobre docência profissional e proeja do cefet- Am. Desenvolvimento e aprendizagem: processo de construção do conhecimento e desenvolvimento mental do indivíduo.

CEFET: Manaus, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_coloquio.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

PAUSAS, Ascen Díez de Ulzurrun. **A aprendizagem da leitura e da escrita a partir de uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Francisco Marcos da.; et al. **A importância da estrutura e funcionamento da educação básica**. Rio Grande do Norte: Realize, 2013. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_

1datahora_30_09_2014_10_49_32_idinscrito_8_ba7ea2bc101fcc3bd26fd09039ec37d3.pdf. >Acesso: 12/04/2021.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ZILBERMAN, Regina (Org.). **Escola velha e leitura**: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009. (Coleção Leitura e formação).

**UM OUTRO (NOVO) MUNDO JÁ EXISTE?
REFLEXÕES HISTÓRICAS ACERCA DO TEMPO PRESENTE E DO
EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (EZLN)
EXISTENTE NO MÉXICO**

Keicy Salustiano da Silva⁵

Paulo Alberto Duarte Junior⁶

RESUMO

É comum ouvirmos a expressão “um outro mundo é possível”, ou “por um mundo novo e melhor”, que podem surgir desde propagandas ou meios de comunicação, até mesmo cotidianamente na fala das pessoas. Nessa premissa, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a ideia da busca no presente, por um *novo* mundo como promessa de futuro, e a possível negação do mundo existente como passível de mudança. Na mesma discussão, buscamos destacar a história de luta e resistência do Movimento Zapatista composto por pessoas indígenas e localizado em Chiapas no México. Pretendemos mostrar um pouco da história dos e das zapatistas, suas formas de organização, luta e resistência frente as opressões sociais e imposições do governo mexicano. Comparar a sociedade chiapaneca com qualquer outra é inviável, e está longe de ser essa nossa intenção. O foco da nossa abordagem é ressaltar que a questão da luta pela sobrevivência desses povos acontece no presente, e para o presente. Ou seja, buscamos refletir que a sociedade chiapaneca se mobilizou e se mobiliza para efetuar mudanças no mundo real, no mundo presente em que vivem, sem negá-lo em prol de uma ambição por um futuro distante. Dessa forma, provocamos um olhar para a realidade, em que possamos pensar na efetivação de mudanças durante, e para o presente.

5 SILVA, Keicy S. S. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História na linha de pesquisa História da Historiografia, Arte, Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista pelo Cnpq. E-mail: keicyssilva@gmail.com.

6 JUNIOR, Paulo A. D. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Mestrando pelo Programa de Pós Graduação Mestrado Interdisciplinar de Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim. Bolsista pela CAPES. E-mail: pauloalberto847@gmail.com

PALAVRAS CHAVE: História; Tempo presente; Zapatistas; México.

INTRODUÇÃO

*Irmãos, cantai esse mundo
que não vereis, mas virá
um dia, dentro em mil anos,
talvez mais... não tenho pressa.
Um mundo enfim ordenado,
uma pátria sem fronteiras,
sem leis e regulamentos,
uma terra sem bandeiras,
sem igrejas nem quartéis,
sem dor[...]*⁷

*(Cidade Prevista - Carlos Drummond de
Andrade)*

Escolhemos epigrafiar esse categórico e sucinto poema de Carlo Drummond, pois ele soa apropriado para ilustrar previamente a discussão que percorrerá este artigo. Claramente o poema de Drummond não foi escrito em nosso tempo, mas ele é simbólico ao que queremos explicar. O poeta canta versos de um desejo, o desejo de um mundo ordenado, talvez novo frente ao que ele vivia. É esse o ponto da discussão, olharmos para o quanto se discursa nos dias atuais, sobre a possibilidade de um futuro melhor, mais promissor, a busca incansável por um *novo* mundo, pela expectativa de uma nova forma de sociedade. Frases como “um outro mundo é possível”, ou “por um mundo melhor”, aparecem como uma promessa da qual poderíamos nos agarrar e acreditar. Mas, que outro mundo seria esse? o que de novo esse mundo teria? Não há pretensão em responder tais questões prontamente, mas podemos refletir, que talvez

⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. 2013, p. 242.

esse “novo” seja novo para nós que nele não vivemos, e que esse “outro” já exista em algum lugar do mundo atual que negamos em prol de um futuro. Pode parecer não haver sentido na explanação disposta de início, entretanto, o presente artigo tem como objetivo, incitar uma reflexão e problematização sobre a busca incessante no presente por um futuro melhor. Em contrapartida trazer à tona a historicidade de um *outro* mundo existente no presente. Chamaremos de *outro* porque não é o mesmo que o nosso, e possui uma organização estrutural diferente da nossa, e *novo* pois, frente ao que vivemos é algo desconhecido. Falamos do mundo zapatista presente em Chiapas no México.

Historicamente conhecemos, por meio da filosofia e da literatura, muitas proposições de cidades ideais. Podemos elencar *A República* de Platão ou a *Utopia* de Thomas More como exemplos de sociedades idealizadas, não nos compete listar se é inerente ao ser humano fantasiar outras formas de mundo, e sim pensarmos que não é só no presente século XXI que almejamos isso, mas desde os primórdios da antiguidade. Dê olho no presente podemos apontar a pretensão por um futuro melhor, decerto com base em experiências passadas como, movimentos anarquistas ou socialistas que, de algum modo buscou também a projeção de algo para o futuro, criando um horizonte de expectativas, como vemos nas proposições do historiador Koselleck (2006) acerca do tempo presente. Todavia a oclusão do futuro, sem perspectiva, em que o presente parece ser a referência para tudo, onipresente, na qual o passado se obscurece, o futuro se fecha e o presente se impõem no sentido denominado de presentismo, de tempo alargado, acelerado (HARTOG, 2009). Talvez, se pensarmos com Hartog, esse futuro esteja fechado e sem nada por vir, sempre a rememorar os atos do passado.

A pergunta que nos fica é, o movimento zapatista, se enquadra nesse presentismo? Não pensamos em ampliar a discussão entre as perspectivas de Hartog ou Koselleck, sobre os zapatistas. Mas, mostrar

como a autonomia chiapaneca tem desafiado as teorias que são utilizadas para entender esse movimento rebelde, aliás, muito criticada pelos zapatistas, que de acordo com Marcos, "As teorias redondas, completas, acabadas, coerentes, são boas para apresentar exame profissional ou para ganhar prêmios, mas costumam virar cacos com o primeiro vendaval de realidade" (SUBCOMANDANTE MARCOS, 2008, p.187).

Por isso, o zapatismo é um exemplo de organização, luta, resistência, autonomia, diferente e até mesmo divergentes dos espectros mais conhecidos como anarquismo e, segundo Gennari (2005), como o marxismo-leninismo, utilizado no início do ideário zapatista. Nossa discussão visa mostrar como os zapatistas se organizam na luta antissistêmica, pouco conhecida na sociedade, e mais ainda, pouco legitimado nos circuitos de consagração do ensino superior, a academia. Para além, da leitura sobre, é preciso ler o que os próprios zapatistas escrevem, como se organizam, como surgiram, quais suas pautas, quem são eles e elas. Daí, fica a questão e debate desse *outro* mundo existir e de não olharmos para ele como referência ou inspiração. Ou ser pouco publicizado pela grande mídia, por exemplo.

Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN): uma história de luta e resistência

Sem mais delongas, as informações que aqui vamos descrever sobre o Movimento Zapatista são baseadas nos estudos de Cassio Brancaleone (2015), e Emílio Gennari (2005), que escreveram respectivamente, *Chiapas e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN): Notas de história social em uma perspectiva antissistêmica de longa duração*; e *EZLN Passos de uma rebeldia*. De acordo com Brancaleone (2015), não há como compreender as configurações e estruturas sociais do México, de Chiapas e dos próprios zapatistas, sem

olhar para o problema agrário colonial que percorre a região. E principalmente considerar e conseguir identificar os sujeitos históricos - camponeses e indígenas - que ocupam o lado mais fraco desse contexto. Colocaremos em destaque a estrutura social dos povos chiapanecos, que ao longo dos séculos percorreram uma história de conflitos e resistências frente ao processo de colonização.

Os chiapanecos carregam uma história de guerra ao longo dos séculos XVIII e XIX, até mesmo antes desse período,

Uma das primeiras narrativas históricas de resistência dos povos maias é atribuída aos índios *chiapa*. A história, que ainda hoje transita entre lenda e factualidade, versa que em 1532 os chiapa se rebelaram contra os espanhóis. Fizeram guerra tenaz e prolongada contra os colonizadores[...] (LEON:1997 apud BRANCALEONE, p. 239).

Ou seja, são sujeitos que não enfrentaram os ataques às suas formas de vida, e às suas terras de maneira passiva e ou pacífica, pelo contrário, se opuseram, resistiram, e atacaram de volta as intempestivas ações dos colonizadores, e mais adiante no século XIX e XX dos governos, que continuamente colocavam o Exército Federal para intervir de maneira violenta em suas comunidades. Nesse sentido, é inevitável uma comparação da sociedade chiapaneca com qualquer outra, e está longe de ser essa nossa intenção. Entretanto, cabe ressaltar essa questão da luta pela sobrevivência desses povos no presente, da luta para o presente e pelo presente. Os zapatistas se movimentaram e se movimenta para promover uma alteração do mundo real em que vivem, e que, sem negá-lo, procuram uma mudança nas injustas imposições do Estado.

Seria esse um possível mundo *novo* frente ao nosso? Talvez, não nos compete utilizá-lo como modelo ou como exemplo de melhor, mas é possível que esse mundo frente às coisas que vemos, e em relação à estrutura que a nossa sociedade serve, a engrenagem que está posta, ou seja, a organização social que vivenciamos e que de muitas formas

cristaliza nossas ações e nos impede de ver que há possibilidades de mudanças no presente. Frente a isso, esse *outro* mundo zapatista é o mais *novo* para nós, algo que se aproxime da síntese daquilo que se espera de uma vida com direitos e de fato democrática. Desse modo torna-se proveitoso e significativo olhar para o mundo zapatista rebelde, antissistêmico, e reconhecer que decerto a refutação para a tão dita frase “um outro mundo (novo) é possível” seja: um outro mundo novo já existe.

A origem do zapatismo está ligada aos herdeiros da Revolução Mexicana na atualidade (BARBOSA, 2010), como os próprios zapatistas afirmam. Sendo assim, as ideias do movimento se sustentam na continuidade da revolução com base em Emiliano Zapata, um dos líderes da Revolução Mexicana e chefe militar do Exército Insurrecional do Sul. Zapata foi e ainda é, grande referência para todo o movimento zapatista, e é de seu nome que deriva o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), organização político militar composta por indígenas de várias etnias integrantes do movimento zapatista, que utilizam a forma de guerrilha para reivindicar seus direitos frente ao Estado.

Para tanto, a construção do EZLN, é retomar todo o histórico de luta, protagonismo e organização, antes da construção do próprio Exército Zapatista, antes mesmo do navegador Colombo até os anos 70 e 80, com a formação do zapatismo (BRANCALEONE, 2015), quando aparecem os primeiros raios de sol do EZLN na Selva Lacandona⁸. De acordo com Brancaleone (2015) e Gennari (2005), o grupo começa a ganhar forma, se origina de um pequeno grupo entre eles as lideranças indígenas e outro grupo guerrilheiro urbano que se instalou na Selva Lacandona em Chiapas, quando em 17 de novembro de 1983 se unificaram como EZLN.

⁸ “A selva Lacandona compreende a parte oriental do estado de Chiapas, com uma superfície de 2.967km² (quase metade foi destruída entre 1860 e 1960, devido a ação de madeiras mantidas pelo capital estadunidense e canadense, como Maderera Maya e o Aserradero Bonampak), mantendo fronteira com Guatemala ao leste e ao sul, e com o estado de Tabasco ao norte” (BRANCALEONE, 2015, p. 251).

Convém ressaltar que o grande ápice da organização indígena, foi no Congresso Indígena de San Cristóbal de las Casas ocorrido em 1974, na luta frente aos avanços do governo que ameaçava tomar às terras e os direitos indígenas. Resulta-se daí o encontro dos indígenas e da pequena guerrilha na selva, que permeia a gênese que dariam os primeiros traços embrionários do EZLN.

Para todas as ações que tencionam uma comunicação, organização e mudanças nas estruturas do México, os zapatistas sempre buscaram o diálogo, principalmente como mencionado, no Congresso Indígena em 1974 quando não era o EZLN de fato. Os zapatistas nos anos seguintes se articulam frente a corrupção, às injustiças, mortes dos povos indígenas, seja por armas de jagunços ou doenças, também a baixa no preço do café que predomina em Chiapas e que assolava as condições de vida dos camponeses. Outra reivindicação desses povos foi com relação a alteração do artigo 27 da Constituição mexicana no ano de 1992, que daria aval para governo mercantilizar os *ejidos*⁹. Com o cenário posto, “É essa sequência de acontecimentos que convence os indígenas zapatistas de que não resta a eles e elas outro caminho, a não ser o do levante armado” (GENNARI, 2005, p. 25).

Na luta frente ao exército mexicano, a expectativa zapatista era chegar até a Cidade do México combatendo as forças governamentais, tomar as cidades, e gerar novas eleições democráticas. Se antes do levante os zapatistas não tinham visibilidade, para tanto, foi preciso pôr o passa-montanhas¹⁰ na cabeça, e pegar em armas para serem vistos em relação ao passado secular de invisibilidade, de séculos de ocultamento. Também elegeram democraticamente para visibilizar o grupo um porta-

⁹ “[...] ejido é uma forma de posse coletiva da terra, criada no processo de reforma agrária que a elite mexicana vai viabilizar para conter as pressões dos camponeses após a tentativa revolucionária de Villa e Zapata” (GENNARI, 2005, p. 25).

¹⁰ Gorro que cobre o rosto dos zapatistas.

voz escolhido pela comunidade indígena, a figura do Subcomandante Marcos que aparece, não como liderança, e sim como um porta-voz escolhido para representar os indígenas zapatistas (SUBCOMANDANTE MARCOS, 2008). Com intuito de evocar a filosofia zapatista de *mandar obedecendo*, o subcomandante apenas obedece a aquilo que é debatido e decidido pela base zapatista indígena.

Segundo Emilio Gennari, das origens do Exército de Libertação Nacional à preparação para os levantes, é importante destacar que os zapatistas tiveram que aprender a viver no ambiente agressivo das montanhas, onde construiriam seus locais de resistência. Para o autor: “[...]as dificuldades de adaptação à vida em montanha ensinam os EZLN a cultivar a esperança, a fazê-la brotar em meio à dor e a vivenciar aqueles momentos com um elevado grau de desprendimento” (GENNARI, 2005, p. 21). A construção da vida diária do povoado zapatista, da responsabilidade, preocupação e cuidado de um para com o outro, não se deu de maneira rápida. Os sujeitos tiveram que escolher manter e criar relações com diferentes povoados, que antes viviam fechados entre si, e muitos não tinham vivências sociais igualitárias. Havia pessoas que não queria se inserir nas lutas contra o mau governo¹¹, outras tinham o hábito de se embriagar e não se importavam com as questões da comunidade.

E vale ressaltar que para os zapatistas a bebedeira é uma desvantagem para a luta. Nesse aspecto as mulheres tomam um papel central, pois com a união e realização de reuniões secretas, muitas conseguiram fazer com que seus companheiros parassem de beber e se somassem nas movimentações. Desse modo, e aos poucos o mundo dos zapatistas crescia, as comunidades passaram por transformações que permitissem que convivessem e pudessem dialogar entre si, para promoverem as longas assembleias, no intuito de obter consenso em

¹¹ Expressão utilizada em referência à linguagem dos zapatistas.

todas as decisões que teriam de ser tomadas, frente as demandas de problemas das comunidades. E assim, foi possível que trabalhassem em conjunto para uma construção de enfrentamento político significativo diante do mau governo.

Logo se vê, que no mundo zapatista a participação política só ocorre se houver o envolvimento de todos e todas nas construções de novos modos de viver. Os debates sobre as questões que tocam as comunidades ocorrem em forma de assembleias, e essas assembleias podem durar horas e até dias, até que todos e todas entrem em um consenso. Ou seja, nesse mundo (zapatista) em que as coisas são feitas coletivamente e, as imposições injustas das elites e dos governantes são contestadas, as pessoas tornam-se sujeitos da sua própria história, sujeitos políticos ativos, e não meros espectadores da cena social.

Sabemos que em meio a uma organização social injusta e desigual, a única forma de conseguir de algum modo reverter as posições de poderes e quebrar com as hierarquias, é o modo da luta e da resistência. Porém como dito, ressaltamos que ao longo do tempo essa mesma organização sistêmica, capitalista e de vantagem para poucos, pode nos prender e nos cristalizar em nossas ações se tomarmos ela como verdade, ou como algo que não pode ser contestado. Por isso o almejo por um outro mundo e melhor pode não ser algo de significativo para o presente real. É exatamente nesse contexto que mostramos o mundo zapatista como um mundo *novo* frente a nossa realidade. Bem salienta Gennari ao dizer o porquê os povos zapatistas escolheram se movimentar frente as opressões:

Após centenas de anos lutando e esperando a realização de promessas nunca cumpridas, os indígenas zapatistas não estão reivindicando aqui uma melhor distribuição de renda, hospitais, escolas, casas populares, cestas básicas ou coisas desse tipo, pois, para isso, não seria necessário realizar um levante armado. Trata-se, isto sim, de um convite a repensar o

cotidiano justamente a partir daqueles elementos que são negados ao povo simples e cuja falta, nas terras de Chiapas, traça as feições da guerra de extermínio que, há décadas, é travada contra os povos indígenas. (GENNARI, 2005 p. 34).

De outro modo, é parte das reivindicações dos zapatistas convidar toda sociedade a participar da luta por um governo livre e democrático, um *bom governo*¹² em que as políticas sociais para o povo sejam pensadas pelo povo, “O detalhe que não pode passar despercebido é que não se fala aqui de um enfrentamento a ser travado somente nos campos de batalha, mas em todos os momentos da vida em sociedade” (GENNARI, 2005, p. 44). A luta se dá no presente e de forma constante por uma sociedade em que haja liberdade, independência justiça e paz, e que sejam suprimidas as guerras não declaradas dos ditadores contra os povos de baixo e o genocídio dos povos indígenas.

Nos acordos de paz, e nos diálogos com o governo, os zapatistas deixam bem explícito, segundo Gennari (2005), que não é intenção deles e delas propor um *novo* mundo, e sim mudar a estrutura do México atual. Para eles e elas, a revolução não vai se dar se houver uma nova classe, um novo sistema, ou apenas um novo grupo no poder, mas sim a partir da construção em conjunto de um espaço livre democrático de luta política, que vai nascer no solo existente do Estado opressor capitalista. O que para eles e elas deve ser *novo*, é a relação política, uma outra política em que as propostas sociais sejam dialogas, que as pessoas possam participar da construção desse espaço em que elas estão inseridas, e que haja autonomia de vida, de cultura, de construção histórica.

Considerações Finais

¹² Expressão utilizada em referência à linguagem dos zapatistas.

Em vista disso, desde o início procuramos colocar a mostra, que muitas vezes, o rito de ansiar no presente por um mundo *novo*, por um mundo melhor, torna-se insensato. Diante das elucidações dispostas acima acerca do mundo zapatista, das suas contínuas lutas pela mudança na estrutura social já existente, da resistência aos ataques e imposições do *mau governo*, aos mandantes do sistema capitalista, e aos ditadores que muito atentaram à vida dos povos indígenas. Faz-se muito importante refletirmos que, talvez a busca incessante por um mundo melhor e *novo* para o futuro, ocorra por conta de não olharmos para o presente como algo passível de mudança. Como algo em que haja a possibilidade de realização, de uma análise da estrutura na qual já estamos inseridos, e que afeta de maneira agressiva o lado mais fraco, ou seja, os de baixo. Talvez não efetuamos o exercício de pensar uma modificação, operar uma revolução antes mesmo da negação do mundo presente.

De nenhum modo tencionamos com nossa argumentação, condenar aqueles e aquelas que anseiam por um mundo melhor, ou julgar suas ações como inerte, ou responsável pela não alteração do mundo atual. Pelo contrário, nos colocamos como parte dessa trama. O teor que está disposto na proposta desse escrito, é a percepção de que um mundo *novo* já existe em nosso planeta, e que podem constar ainda mais mundos novos. Assim, elencamos o mundo dos zapatistas como referência de que há sim a chance de uma mudança em prol de uma vida justa para todos e todas, no presente. Não que o zapatismo seja um modelo, arquétipo de excelente ou mais correto. Porém, salta aos olhos a maneira determinante com que agem, e agiram os zapatistas chiapanecos frente as tentativas de extermínio de suas raízes históricas, e da realização de uma vida calcada na manutenção da humanidade.

Acaso o mundo zapatista possa ser aquilo que mais se aproxima de uma vida com direitos e democracia, claro que não são heróis e heroínas e, é sabido que historicamente sofreram muito com os embates diante do

mau governo. O que postulamos frisar é isso, a viabilidade de olhar para o presente e procurar transformá-lo em um mundo novo e melhor. Como dizem os zapatistas: “Não temos apelos a um futuro distante, mas tão somente um chamado a fazer com que as pessoas ajam com dignidade e, em nome dela, levantem a cabeça e resistam” (GENNARI, 2005, p. 52).

Concordamos na probabilidade de muitos aspectos terem ficado fora de nosso texto, e que essa tão breve descrição não é capaz de encerrar determinado tema, ou inflamar uma concepção revolucionária do debate, até porque não foi essa a ideia. Entretanto, procuramos mostrar que a presença de um mundo *novo* está diante dos nossos olhos, e que de alguma forma o mundo zapatista seja aquilo que mais se aproxima da síntese de cidade citada por Drummond. Uma cidade que na verdade não é prevista, mas ela já existe. O que fica é a reflexão, que aqui vamos chamar de poético-filosófica, de que talvez tenhamos que olharmo-nos, vermo-nos, para então vê-la. Como bem canta o poeta Andrade no poema “Elegia 1938”: “Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota e adiar para outro século a felicidade coletiva. Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan” (ANDRADE, 2013 p. 106-107).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**: 23 livros de poesia - volume 1. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: UNESP, 2010.

BRANCALEONE, Cassio. **Teoria social, democracia e autonomia**: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

GENNARI, Emilio. **EZLN**: passos de uma rebeldia. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARTOG, François. Historia, memoria y crisis del tiempo. Qué papel juega el historiador?

História y Grafia, Cidade do México, n. 33, p.115-131, 2009. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=58922949006>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

Koselleck, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

MORE, Thomas. **A Utopia**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002. Tradução de Enrico Corvisieri.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Nem o centro e nem a periferia**: sobre cores, calendários e geografias. Porto Alegre: Deriva, 2008.

PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE VIRTUAL E O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COM A APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS

GOMES, Célia Regina dos Santos¹³

RESUMO

Este estudo visa apresentar como as metodologias ativas, impulsionam e incentivam ou até mesmo fomentam o ensino a distância (EAD – sigla intitulada, onde discente e docente se mantém fisicamente e temporal separados) e como ferramental agregado aos recursos tecnológicos disponíveis para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ampliando sobremaneira seu potencial qualitativo na modalidade. Pretende-se aqui contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas de ensino para uma futura contribuição efetiva à formação e desenvolvimento de novos docentes/discentes e instituições, quanto suas atividades no ensino, a priori. Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico e bibliográfico, descritivo serão elencados aqui, alguns principais autores, tais como, LEVY, VALENT, SCHLEMMER, assim como outros, de relevância ao tema abordado. Importante ressaltar que o uso e a utilização destas metodologias ativas/TDCIs aos poucos deixam de ser uma novidade e sim atendem diretamente as Diretrizes Curriculares Nacionais como uma realidade.

Palavras chave: Aprendizagem a Distância e Inovação; Autonomia de Aprendizagem; Metodologias Ativas.

INTRODUÇÃO

Pensando na importância das metodologias ativas para o incentivo da educação a distância, a presente pesquisa tratará de apresentar inclusive, o contexto histórico da expansão da EAD no Brasil, num

¹³ Célia Regina dos Santos Gomes. Graduada em Filosofia pela UNIFRAN - Universidade de Franca, Graduada em Pedagogia pela Universidade de Jales, Pós-Graduada em Educação a Distância: Elaboração de Material, Tutoria e Ambientes Virtuais pela Universidade Cruzeiro do Sul.

momento onde o Brasil passava pela democratização e expansão do uso da internet, bem como do acesso ao ambiente acadêmico.

Nesse sentido podemos observar, que a EAD foi, e é muito importante para a ampliação do acesso de novos alunos às universidades, não pela conveniência como muitos pensam, que não é somente o ponto que justifique sua criação e desenvolvimento, mas também, fatores como a falta de tempo para ingressar numa graduação ou curso presencial por conta do trabalho, a distância e/ou a inexistência de polos próximas as residências dos estudantes, ou deficiências financeiras e de transporte.

A criação da EAD no Brasil, por exemplo, se deu no contexto ainda dos anos 1904, embora ainda não existisse internet, já existiam cursos por correspondência via jornal, para datilógrafos.

O presente artigo, por seu caráter contemporâneo revolucionário, saindo do tradicional trata em abordar as metodologias ativas, que apresentam-se com alterações pontuais nas práticas pedagógicas em sala de aula, onde o protagonismo ensino/aprendizagem é o dispositivo a ser analisado e suas possibilidades, na construção dos saberes, estes, relacionados a processos reflexivos, senso crítico, interações discente-discente assim como discente-docente, cada qual com a devida autonomia diante das profusas situações no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Aqui aponta-se a necessidade de capacitação de todos os profissionais envolvidos, no processo para real efetivação da mesma e tem-se como um dos pilares essenciais, a prática do docente enquanto tutor/coordenador.

Diante disso as questões de como é processada, a aprendizagem em EAD, nas Metodologias Ativas, a autonomia e as sequentes problemáticas que regem o tema, esta pesquisa se propõe apresentar qual o caminho para a construção no processo do comportamento sistemático de cada

protagonista envolvido estabelecendo com isto, além da aprendizagem individual uma coletiva/grupal além de oferecer possíveis pontos de vistas, onde possam ser utilizados, no âmbito da aprendizagem desenvolvida, melhores 'abordagens comportamentalistas e cognitivistas' (MIZUKAMI,1986).

Sequencialmente, serão descritos a metodologia, discussões assim como os devidos resultados revisionais e então, as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa apresenta caráter qualitativo bibliográfico, pois visa contribuir para o melhoramento das situações e para a resolução dos problemas existentes no contexto" (AMADO, 2014, p. 15), com teor teórico e bibliográfico - descritivo pautando-se por uma abordagem investigativa, através da técnica de coleta de dados, e análise de literaturas existentes como publicações especializadas, endereços eletrônicos repositores, tendo como objetivo analisar e identificar nas metodologias ativas na EAD, pontos positivos e deficitários nessas aplicações.

Algumas fases dentro da revisão sistemática da literatura, conforme (SAMPAIO; MANCINI, 2007) foram utilizadas, tais como as questões sobre, se as metodologias ativas realmente acentuam o processo de ensino/aprendizagem a distância – ou como e de que maneira? Os pontos deficitários ou negativos quais são? – Em busca de tais vestígios identificar inicialmente, a partir de quando iniciou todo o processo, e quais qualificações mais utilizadas dentro das metodologias ativas.

A presente metodologia conduz assim, aos leitores, a uma pesquisa que trouxesse à tona variáveis de interesses; no que conduz o tema proposto, já que a EAD se pauta do prior que o desenvolvimento da

autonomia e autoaprendizagem proporciona a competência na formação *versus* realização acadêmica.

HISTÓRICO DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Conforme já exposto, a história do Ensino a Distância no Brasil, começou há bastante tempo, numa época que ainda nem existia internet, nem tampouco, o modelo de educação à distância que conhecemos hoje. O marco inicial do EAD no nosso país, podemos dizer que foi no ano de 1904, quando a partir desse ano, os governos daquela época, começaram a ter um olhar mais atencioso, para a necessidade, de educar mais brasileiros, que talvez, não tivessem o pleno acesso à educação, dado o tamanho de nosso país. Daí, nasceram os primeiros cursos via jornal e correspondência no Brasil.

Em 1923, o Brasil já contava com a EAD via modalidade rádio escola, algo que foi muito importante para a época, pelo uso de aparelhos de rádio, que possibilitou a difusão da educação a distância, nessa modalidade.

Embora ainda na modalidade radiofônica, a EAD no Brasil em 1947, já contava com cursos do SENAC e do SESC, bem como a Universidade do Ar – instituição da época – com uso de apostilas e corretores aos alunos.

Em 1961, a EAD no Brasil já era presente inclusive, na alfabetização de jovens e adultos, através de aparelhos radiofônicos, método amplamente difundido pelo Movimento de Educação de Base.

Em 1967 a EAD no Brasil teve grande salto, com a utilização de um sistema nacional de alfabetização via satélite, que tentava promover o ensino via rádio e também, com a tv, muito por conta da ascensão de seu uso entre os brasileiros naquela época. Um dos percussores desse grande

marco no EAD Brasileiro, foi o INPE, através do Projeto Satélite de Comunicação Interdisciplinar.

Já em 1977 começava então, a difusão do ensino supletivo via TV, já com seu uso habitual e crescente no Brasil, através de fundações privadas, que ofertavam o famoso “Telecurso”.

Em 1991, a EAD no Brasil começa a ganhar a forma que conhecemos hoje. De maneira híbrida, já eram ofertados cursos de capacitação de professores, através do extinto magistério, com uso de material impresso, cds, fax, televisão, telefone e por fim, internet, que ainda era novidade e pouco usado na época. Não obstante, também já existiam encontros presenciais, onde aconteciam aulas ao vivo.

Em meados de 1994, instituições de ensino superior, já começavam a ofertar seus cursos a distância, através de apostilas e outros materiais didáticos impressos. A partir daí, já começava a consolidação da democratização do acesso às universidades, pela modalidade à distância, como exemplo, o que ocorreria só em 2005, com o advento da Universidade Aberta do Brasil.

Já dois anos depois, instaura-se a Lei de Diretrizes Básicas e difunde-se aí o advento da Secretaria da Educação à Distância, no ano seguinte Em Universidades Públicas inicia-se então, via internet usando AVA. Enfim, em 2005, é iniciada no Brasil a Universidade Aberta.

E assim, por seu caráter contínuo e irreversível as tecnologias digitais de informação (TDICs) acentuaram exponencialmente uma contribuição nas Metodologias Ativas dando a cada dia, novos leques no modelo educativo. (ARAÚJO et.al, 2014).

Importante ressaltar aqui, comparativamente ao ensino tradicional, essas TDICs de caráter contemporâneo revolucionário já não apresentam tendência momentânea (OLIVEIRA et.al,2015.) No séc.XIX foi proposto

por Christopher Langdel um método que futuramente foi aceito e aplicado na Escola de Direito da Universidade Harvard.

Hoje diversas são as instituições no Brasil que adotaram tais tecnologias ativas. Segundo (VALENTE,2014):

A EaD, ao utilizar recursos tecnológicos, apresenta características que podem contribuir para uma aprendizagem baseada na construção de conhecimento, já que as facilidades de interação via Internet permitem um tipo de educação que é muito difícil de ser realizado presencialmente. A EaD pode utilizar abordagens pedagógicas que exploram os verdadeiros potenciais que as TDICs oferecem, ao facilitar não somente o aprofundamento da interação professor-aprendiz, mas também entre aprendizes, o que propicia meios para uma educação dificilmente implantada em ações estritamente presenciais. (VALENTE, 2014, p. 147).

Conforme o autor, a EAD (Educação a Distância) por se tratar de método de ensino diferente do presencial, permite tanto aos docentes quanto aos discentes, a utilização de metodologias pedagógicas inclusivas promovendo uma verdadeira mudança na relação entre professor e aluno e aluno-aluno, através de práticas inovadoras que dificilmente poderiam ser utilizadas em aulas presenciais.

APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA

Após o advento dos computadores e em consequência o aparecimento da Internet, a forma de comunicação alterou radicalmente e tornou-se segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), direito fundamental do ser humano e, portanto, de importância inquestionável, principalmente para o direito à informação.

As possibilidades advindas desta era digital, trouxeram mudanças significativas principalmente no âmbito da educação. Partindo deste

princípio, a educação em rede e as suas imensas possibilidades, abriu um importante portal qualitativo para o século XXI.

Aqui começa então a prior: como utilizar estes recursos pedagogicamente, de forma eficiente. A construção de novos conhecimentos ou informações disponíveis com tremenda velocidade, algo que antes era impossível, segundo (LEVY, 2000), não garante o conhecimento, pois a capacidade de percepção, não é garantia de aprendizado, pois a capacidade de perceber, segundo o autor:

A faculdade de percepção ou de reconhecimento de formas é caracterizada por sua grande rapidez. O sistema cognitivo se estabiliza em uma fração de segundos na interpretação de uma determinada distribuição de excitação dos captadores sensoriais.... A percepção imediata é a habilidade cognitiva básica. (LEVY, 2000, p.157)

Esse autor ainda aponta que as faculdades cognitivas são acionadas ao processo de **perceber, imaginar e manipular** e estes têm o poder fundamental no processo de aprendizagem do ser humano.

A interação humana além da tecnologia é fundamental LEVY (1999), assim a inteligência coletiva se auto nutrindo é essencial, ou seja, uma inteligência compartilhada envolvendo assim, diversos indivíduos ou grupos socialmente ligados e as informações ou conhecimentos, obtidos através de tantas fontes de comunicação, favorecem exponencialmente a criação de comunidades e grupos por diversos interesses em comuns, expandindo desta maneira processos educativos fora do convencional. Ainda diz o mesmo autor: (...) *interconexão constitui a humanidade em contínuo sem fronteiras* [...] LEVY (1999).

Estes diversos indivíduos ou grupos socialmente ligados alimentam e viabilizam, relações individuais e coletivas formando assim, comunidades em rede, estas mediadas por computadores e sobre o assunto, vários autores destacam a relevância desses meios de informação e comunicação, assim como expressão de conflitos destes CARVALHO (2005):

As comunidades virtuais são redes eletrônicas de comunicação interativa auto definidas organizadas em torno de um interesse ou finalidade compartilhadas. Podem abarcar e integrar diferentes formas de expressão, bem como a diversidade de interesses valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos, devido às suas diversificações, multimodalidades e versatilidades. O desenvolvimento de comunidades virtuais se apoia na interconexão e se constitui por meio de contatos e interações de todos os tipos. (SCHLEMMER, 2005, p.2)

Em consonância, apresenta-se uma “interconexão e inteligência coletiva” sobre o ciberespaço, ou seja, a sinergia de saberes obtendo uma organização da comunidade atual, segundo LEVY, 1999. Já acumulados interesses comuns, essas comunidades virtuais em forma de laços sociais, nos processos colaborativos; há então, o desenrolar da cibercultura e aqui inicia-se um outro processo importante, que é o das Comunidades Virtuais de Aprendizagem e ou Aprendizagem à Distância.

O nome ciberespaço criado por William Gibson, apresenta a digitalização das informações como o canal principal de pesquisas mundiais.

Comumente, nos ciberespaços - comunidades virtuais de Aprendizagem - através de participação *on-line*, inicia-se o processo “ensino aprendizagem”, onde há um ‘suposto’ educador, atuando como orientador. É impensável que dentro da comunicação interativa tecnológica de aprendizagem, este personagem não esteja presente.

Na formação *ad eternum* o estímulo deste orientador/tutor exercita uma constante disciplina e autonomia ao aprendiz, nativo ou não digital.

Especificamente dentro da Educação a Distância é essencialmente mediada pelos ambientes virtuais de Aprendizagem.

COMUNIDADES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM-FUNCRO NA APRENDIZAGEM: IMPORTÂNCIA PRINCIPAIS INOVAÇÕES

A inovação quanto a utilização nas tecnologias, dentro da educação a distância, potencialmente tem seu vetor motivacional e alinhamento na aprendizagem de conteúdos oferecidos e a aplicabilidade em localidades remotas ao estabelecimento educacional.

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 2).

Respeitadas as devidas diferenças das CV (Comunidades Virtuais), conforme definidas anteriormente, as CVA (Comunidades Virtuais de Aprendizagem) têm sua definição, com ênfase no dimensionamento cognitivo sem nenhum outro tipo de interesses. As habilidades e competências já pré-estabelecidos institucionalmente através de objetivos comuns na aprendizagem, apontam um agrupamento de pessoas compondo uma 'classe' ou 'turma', por assim estabelecer, com um início e um término de um módulo ou disciplina PAZ (2015).

Três principais variações sobre os significados das CVA, não de se destacar na EAD para CAIXETA, RIBEIRO E LEITE (2012) pessoas com objetivos comuns, pessoas reunidas para suprir dificuldades aumentando potencialmente as habilidades e:

[...] conjunto de pessoas que podem ou não ter interesses em comum, mas que geram espaços de zona de desenvolvimento proximal e, portanto, de negociação, que possibilitam posicionamentos diversos na atuação dentro e fora dos ambientes virtuais de aprendizagem, de forma a construir cooperação, colaboração e reciprocidade (solidariedade) entre os participantes e para além deles (CAIXETA, RIBEIRO e LEITE, 2012, p. 374).

Aqui dentro das CVA, deparamos com as seguintes interações: discente-discente, discente-docente, discente-tutor e discente-conteúdo

programático, através de comunicação um a um, ou todos com todos e/ou ainda, entre os mesmos reativamente, ou seja, o docente ou tutor interpelam discussões através de questionamentos ou reflexões (bidirecional) e suas respectivas respostas ou ações entre os participantes (multidirecional) com possibilidade de reflexões ou pontos de vistas confrontáveis. Assim, conforme VIEIRA (2007):

Há um estímulo generalizado para a aprendizagem em conjunto, renovando a paixão pela descoberta de novos mundos da educação. "A colaboração, resultado da aprendizagem em conjunto, cria uma sensação de sinergia. [...] O resultado final do conhecimento adquirido e compartilhado é muito maior do que aquele que seria gerado por meio do envolvimento individual e independente com o que se estuda". Lévy (1999) recorda que os professores também ganham nesse processo: eles aprendem ao mesmo tempo que (sic) os estudantes e atualizam continuamente seus saberes disciplinares e suas competências pedagógicas. (VIEIRA, 2007, p. 61).

Ainda conforme LÉVY, (1999):

...“fundir as inteligências individuais em uma espécie de magna indistinto” desenvolvendo [...]“processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades” (LÉVY, 1999, p. 32).

Ou seja, o espaço democrático compartilhado através da colaboração, quanto as opiniões não se sobrepõem a idealizações individuais.

Um ambiente favorável para tais interações se faz necessário, pois estas não acontecem dentro da espontaneidade, assim sendo mais uma vez este mesmo autor nos aponta que: “engenharia do laço social, como sendo a arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas” LEVY, (1999, P.32).

A atividade de comunicação dentro do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) ou LMS (Learning Management Systems) é altamente influenciável, sendo que cada passo dentro dele é determinante e

abrangente, pois, de forma aberta e personalizada beneficia em potencial, o EAD, sendo possível o acesso através da internet, ou até mesmo por um aplicativo (APP) disposto por um dispositivo móvel, cabendo nele variações de mídia, tais como áudio, vídeo-aulas, imagens e textos.

Conforme MARQUESI e CABRAL (2010, p.249), “eles são espaços institucionalizados, uma vez que representam instituições de ensino e cumprem finalidades bastante específicas (ensinar e aprender) ”.

Na realidade nos contextos digitais o tempo é diferenciado, pois os participantes raramente se apresentam *online*, isto significa que a comunicação se dá de forma não síncrona. Desta maneira docentes/tutores nos ambientes virtuais de aprendizagem são os representantes da instituição, estes interferem e interagem com os discentes por ela. Como interlocutores das mesmas, os saberes partilhados, assim como as características pessoais, ou não, tornam-se de grande valia no sentido de conquistar a eficácia de seus objetivos finais.

Pontuando aqui, mais uma vez, MARQUESI e CABRAL (2010, p.247) a simetria, no AVA, constitui um fenômeno que necessita de um tratamento específico, pois aluno e professor, dificilmente se encontram no ambiente virtual simultaneamente, exceto em atividades que pressuponham a sincronia, como é o caso dos *chat's*.

Segundo as autoras TÁCIA e CABRAL (2010, p.152), a “linguagem escrita” é a que constrói estas interações a distância, como também, o diálogo como característica correta e intransponível, na construção de saberes.

Possuem assim, ferramentas colaborativas síncronas e assíncronas e a troca de saberes dentro de suas possibilidades de agenda de cada um dos envolvidos, dando início a abertura do desenvolvimento da autonomia neste momento.

Há uma infinidade de recursos utilizados para essa finalidade e eles têm como meta fundamental a mediação dos saberes e a gestão pedagógica, e dentro do ambiente o docente poderá disponibilizar ao discente, dentro de módulos, o conteúdo a ser estudado, vídeo aulas, textos fóruns temáticos, *chats* discussões grupais, cronogramas, avaliações e exercícios em tempo real ou até mesmo a qualquer tempo.

CONCEITO DE INOVAÇÃO E TIPOS

A ferramenta específica dos empreendedores é a inovação. Mudanças e oportunidades surgem a diferentes negócios e serviços segundo DRUCKER (2003): “Todas as inovações eficazes são surpreendentemente simples. O maior elogio que uma inovação pode receber é que alguém diga: ‘É óbvio. Por que não pensei nisso antes?’”.

Etimologicamente a palavra inovar se apresenta do latim *innovare*, mudar, renovar, novo, recente.

Especificamente a inovação no contexto educacional, pedagógico institucional direcionadas ao ensino e aprendizagem, apresenta-se de maneira diferenciada. Cada uma delas, passam por variantes no estilo de ensino, e diferentes formas de aprendizagem e épocas.

As ‘ditas’ inovações em práticas educacionais descritas, tem como objetivo principal, ‘fazer’ os discentes ampliarem seus saberes e competências, analisando os dados oferecidos, fazendo-se presentes os problemas da vida real.

A aprendizagem com base em problemas (*PBL – Problem Based Learning*) teve como protagonista nos anos 70 a Medicina no Brasil e Exterior onde problemas foram tornando-se complexos.

Em muitas outras áreas de conhecimento, sobremaneira, houveram iniciativas do gênero, com a meta principal tornar o ensino/ aprendizagem cada dia, mais importante e significativo.

Os espaços em salas de aula, por exemplo, obtiveram uma grande mudança e os mesmos passaram a dar um maior estímulo a criatividade e a troca de saberes entre os discentes assim como, os mesmos e o docente.

Livros e materiais didáticos, ora significativas fontes de inovação, em sala de aula, evoluíram em formas de materiais digitais e textos, simulações, vídeos mostrando-se extremamente eficientes ao desempenho, a determinadas experiências, habilidades e competências.

Em se tratando dos docentes, no momento de suas avaliações – estas podendo ser institucionais – acontecem de forma diagnóstica aferindo os saberes e oferecendo dentro das características identificadas, formas específicas de resolver e promover uma melhor resolução de aprendizagem, respeitando-se a característica e evolução de cada discente, pois cada um apresenta, diferentes estilos na aprendizagem.

TECNICAS E RECURSOS PARA INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Aspectos de relevância à formação ao pensamento criativo, crítico e reflexivo e a resolução de problemas, são destacados. Centenas delas existem; três de relevância serão destacadas rapidamente: *Brainstorming* (tempestade de ideias) OSBORN (1953), Seis formas de Pensar (seis chapéus do pensamento) DE BONO (2008) e o Diagrama de Causa e Efeito ISHIKAWA.

A técnica de *Brainstorming* teve seu advento na década de 1950 com OSBORN (1953), onde é exposto que não se deve impedir o aparecimento ou manifesto das ideias. Para tal técnica um ambiente descontraído é necessário para que as ideias possam fluir, aqui o estímulo à criatividade pode haver divergências, pois vários contextos e variantes é apresentado, e estes, serem convergidos em resoluções. É considerado uma técnica democrática entre o grupo participativo.

Na sequência, as Seis Formas de Pensar DE BONO (2008), é uma técnica utilizada quando de uma tomada de decisão. Têm por objetivo fazer com que as pessoas no problema desenvolvam diferentes formas de ver e perceber o mesmo, de uma forma mais abrangente na solução de um problema.

Os seis chapéus um de cada cor – azul, verde, amarelo, preto e vermelho – sugerem que de acordo com cada momento, ou mesmo situação, utiliza-se a cor ou o ‘chapéu’ mais apropriado, de acordo com a forma de personalidade de cada um dos envolvidos na situação, para uma tomada de decisão adequada, assim contribuindo com decisões seguras, perspectivas diferenciadas, criatividade difundida, afloramento no pensamento crítico adequado à situação, comunicação mais fluente melhorando a qualidade na tomada de decisões entre os envolvidos, dentro de uma equipe.

Já o Diagrama de Causa e Efeito de Ishikawa ou espinha de peixe desenvolvida pelo professor Kaoru Ishikawa, tem por finalidade explorar todas as possíveis causas de um determinado problema, até mesmo antes de se imaginar uma solução. Este instrumento criado por ele, é representado por um diagrama, onde também pode ser associado e utilizado no *brainstorming* (tempestade de ideias) classificando-as por categorias e pode ser feita através de um mapa mental para sua exploração e visão mais exemplificada. Para que todas estas

possibilidades fluam, cada uma, em seu momento, há a real necessidade de pessoas que organizem, e até mesmo liderem alinhando os interesses e objetivos.

METODOLOGIAS ATIVAS – CONCEITO – APLICAÇÃO

Desenvolver uma prática pedagógica focando-se nas habilidades e competências, normalmente envolvem várias consoantes, torna-se algo complexo e de diferentes ideias. Dentro deste contexto, a aplicação das metodologias, por exemplo em sala de aula, requer uma execução motivada a problemáticas reais ou até simulando-as.

A aprendizagem Baseada em Problemas e o *Design Thinking* são duas propostas que fundamentam uma proposta construtivista onde se destaca a capacidade do ser humano diante de sua consciência nos atos e pensamentos levando-o a estratégias para a melhor resolução e avaliação dos resultados. Vale destacar que contextos sociais variando de acordo com a situação, ou circunstâncias para o aprendizado RIBEIRO (2003).

Já em se tratando do *Design Thinking*, é um conjunto de métodos, ideias e *insights*, orientando principalmente em processos reflexivos, utilizado principalmente, na busca por soluções práticas de determinado problema, que necessite de inovação.

MORAN (2015) diz que do ponto de vista do ensinar e aprender, vivemos num momento diferenciado. Para ele, a liberdade o tempo e o espaço no âmbito educacional geram diversas situações de aprendizagem e neste momento, as tecnologias de comunicação tornam-se dentro dos conteúdos educacionais, um enorme facilitador.

Incorporar as metodologias ativas a este contexto, potencializam e facilitam o ensino e a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se através do presente estudo desenvolvido, a importância do incentivo e impulsionamento das metodologias ativas aplicadas dentro do Ensino a Distância, agregando os recursos tecnológicos disponíveis e como as mesmas são capazes de promover sobremaneira, o seu potencial qualitativo para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, evidenciando as principais aplicações à EAD, onde pontos de destaque foram apresentados.

Diante do exposto, sugere-se uma contribuição à formação de docentes e discentes, assim como instituições, quanto essas tecnologias e inovações assim como a importância na aplicabilidade das mesmas, para se promover um processo ensino aprendizagem, de qualidade e relevância.

Finalmente, aqui fica o grande desafio, de desenvolver um ensino/aprendizagem criativo, explorando todas as vantagens e recursos tecnológicos, indo assim, ao encontro das expectativas educador/educando, deste nosso século XXI.

REFERÊNCIAS

AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

BALDISSERA, Lucilene Fátima, MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro. **Mediação Pedagógica e Metodologias Ativas no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica a Distância**.

[https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571480/2/Apostila_Curso de formação_Lucilene.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571480/2/Apostila_Curso_de_formação_Lucilene.pdf). Disponível em: Acesso Maio, 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto Federal nº 5622, de 20 de dezembro de 2005**. Regulamenta o Artigo 80 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03-Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em 15/jun.2021.

BRASIL. MEC/INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**, 2012. Disponível em: Acesso em 2021.

CAIXETA, J. E.; RIBEIRO, L. B. L.; LEITE, M. C. M. **Um Estudo Teórico sobre as Comunidades de Aprendizagem na Educação a Distância**. In: Anais 3º Simpósio Educação e Comunicação, 17 a 19 setembro, 2012, p, 370-384. Disponível em: Acesso em: 26 maio 2021.

CHRISTOFOLETTI, Gustavo et al. **Grau de Satisfação Discente frente à Utilização de Métodos Ativos de Aprendizagem em uma Disciplina de Ética em Saúde**. Revista Eletrônica de Educação. 8, n. 2, p.188-197, 2014. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2021.

DE BONO, E. **Os Seis Chapéus do Pensamento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008

GIBSON, W. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2003.

ISHIKAWA, K. **Introduction to Quality Control**. Londres: Chapman Hall, 2012.

KRAMER, Erika A. W. org. **Educação à Distância: Da Teoria à Prática**. Porto Alegre: Alternativa, 1999, p.90.

MARQUESI, S. C. **Atividades em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: parâmetros de qualidade**. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. (Org.). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda., 2009, v.1, p. 358-68.

MARQUESI, S. C.; CABRAL, A.T.L. **Interações Verbais em Educação a Distância: Reflexões e Teóricas e Metodológicas**. IN: Bastos, NB (org.) Língua portuguesa, cultura e identidade Nacional. São Paulo: EDC, 2010, p.245-253

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: As Abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, J. (Org.). **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática**. Porto Alegre: Penso, 2018

MORAN, José Manuel. **Mudando a Educação com Metodologias Ativas**. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (Org.). *Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens*. Ponta Grossa, PR: UEPG/PROEX, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas, v. 2). p. 15–33. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2021.

MORAN, J. M; MASETTO, M. T; BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 19. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

MOORE, M.G.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: Uma visão integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OSBORN, A. **Applied Imagination: The Principles and Procedures of Creative Thinking**. New York, Ed. C. Scribner's sons, 1953

PAZ, J. C. S. S. **Ensinar em Comunidade Virtual de Aprendizagem: a Emergência da Presença de Ensino Distribuída no Desenvolvimento de uma Comunidade de Investigação**. Educação a Distância e Elearning/Universidade Aberta. Lisboa, Portugal, 2015. Tese de doutorado. Disponível em: Acesso em: 26 maio 2021.

RIBEIRO, Luis Roberto C. FILHO et al. **Uma e Experiência com a PBL no Ensino de Engenharia sob a Ótica dos Alunos**. São Paulo: Cobenge, 2003

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: Um Guia para Síntese Criteriosa da Evidência Científica**. Revista Brasileira de Fisioterapia. 11, n. 1, p.83–89, jan./fev. 2007 Acesso em: 20 maio 2021.

SCHLEMMER, E. **Metodologias para Educação a Distância no Contexto da Formação de Comunidades Virtuais de Aprendizagem**. In: Barbosa, R.M. (Org.). 2005. *Ambientes Virtuais de Aprendizagem*. ARTMED, Porto Alegre